

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2003.** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E SETE** -----

----- No dia 29 de Abril de 2003, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Helena Carvalho Santos Oliveira Lopes, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luisa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva

e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Susana Maria Nunes Silvestre, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Prôa, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, João Gordo Martins, José Dimas Bernardes Salsinha, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Sérgio Rui Lopes Cintra, Rui Manuel Santos Matos Alves, Manuel Filipe Correia Araújo, António Manuel Passos Repoula, Luis Branco da Silva e Filipe Manuel Nunes Beirão. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado Silva Preto, António José Borges Gonçalves de Carvalho, João de Deus Gomes Pires, Jorge Manuel Rocha Ferreira e Maria da Graça Barata Niny Mexia. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Saldanha Serra (PSD), para a presente reunião, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Filipe Beirão. -----

----- Álvaro Barreto (PSD), por um dia, tendo sido pelo Deputado Municipal António Prôa. -----

----- João Pessoa e Costa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Coelho. -----

----- Francisco José Martins (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Salsinha. -----

----- Jorge Bacelar Gouveia (PSD), de 29 de Abril a 6 de Maio, sendo substituído pelo Deputado Municipal Correia de Araújo. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Isabel Castro (PEV), de 29 de Abril a 7 de Maio, sendo substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Nelson Pinto Antunes (PSD), Presidente da Junta de São Sebastião da Pedreira, que não foi substituído. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião entrando-se, de imediato, no período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Abel Moreira**, Av. da Liberdade n.º 38 A loja 18, disse que mais uma vez vinha à Assembleia Municipal levantar o problema do Centro Comercial Libersil, que continuava pendente e com prejuízos de vária ordem para muitas pessoas. E já que a própria Câmara Municipal impedia que as pessoas a questionassem para obterem respostas sobre o que efectivamente se passava, vinha perguntar, sinteticamente, isso mesmo à Assembleia Municipal: afinal de contas o que se passava com o Centro Comercial Libersil? -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a questão seria apresentada à Câmara e posteriormente seria dada informação sobre o assunto. -----

----- **A Sra. D. Maria de Jesus Pereira Veiga Soares**, moradora na Rua Norberto Araújo, n.º 9A sobreloja, 1100-370 Lisboa, disse que o processo para obras de beneficiação geral do seu prédio estava na Câmara desde 1987 e posteriormente foi enviado para o Gabinete Técnico de Alfama, que tinha a posse administrativa desde 1991 mas até agora ainda nada tinha sido feito. -----

----- Disse, depois, que nesta altura era a única inquilina do prédio, prédio que estava muito degradado, não tinha tecto no quarto, tinha desvios de 10 centímetros entre a parede e o chão, estava com medo que o prédio caísse pelo que antes que isso acontecesse pedia que fosse realojada, e realojada preferencialmente perto dessa área para poder prestar assistência à sua mãe, uma doente de alto risco que também morava na zona. -----

----- Pediu os bons ofícios da Assembleia porque o processo arrastava-se na Câmara desde 1987 e foram encontrá-lo já para ser arquivado com o argumento de que as obras tinham sido feitas sem efectivamente terem sido. -----

----- Entregou na Mesa documentação referente ao caso acabado de expor. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Mesa iria pôr a questão à Câmara e posteriormente daria informação sobre o assunto. -----

----- **O Senhor Carlos Francisco Barreiros Pereira**, morador na Rua da Fábrica Pólvora, n.º 149, 1300-227 Lisboa, em nome dos moradores do pátio referido, leu uma extensa exposição sobre o realojamento temporário que lhes foi proposto pela Câmara no Vale da Ameixoeira, realojamento esse que recusaram com a argumentação que grande parte dos moradores eram pessoas idosas e com pouca saúde para andar a fazer mudanças, e desejavam que fosse feito o realojamento definitivo das famílias no bairro onde moravam. -----

----- Por outro lado, argumentavam também que não podia haver filhos e enteados, ou seja, não podiam uns serem enviados para o Vale da Ameixoeira depois de outros terem sido realojados em casas do mesmo senhorio e no mesmo pátio, em Outubro de 2002. -----

----- Referia ainda na exposição que o fiscal da Câmara, Sr. Carlos Eisel, estava a fazer um bom trabalho mas o resultado desse trabalho tinha ido parar a más mãos,

pelo que se ali acontecesse alguma tragédia o DGSPH teria que assumir responsabilidades porque não era dessa forma que se resolviam os problemas. -----

----- Por fim, pediu que a Sra. Vereadora visitasse o pátio para verificar o perigo em que viviam e finalmente acabasse com o jogo do empurra. Queriam acreditar em alguém e não acreditavam que a Sra. Vereadora tivesse feito um despacho para realojar três famílias quando todas as outras viviam também em perigo. -----

----- Entregou na Mesa a exposição acabada de ler. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Mesa faria chegar à Câmara a exposição e com certeza haveria resposta da Câmara. -----

----- **A Sra. D. Maria de Lurdes Lopes Rodrigues**, moradora na Rua das Damas, n.º 4 – 1º dtº, 1100-193 Lisboa, disse que já tinha falado na reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 5 de Novembro de 2002, manifestando então alguma preocupação quanto à forma como as pessoas eram silenciadas nas reuniões públicas da Câmara, já que, com os seus problemas por resolver, eram proibidas pelo Presidente da Câmara de falar. Era certo que a deixaram falar no dia 29 de Janeiro passado, mas problema que então expusera continuava pendente e sem resolução nenhuma à vista, apesar de se arrastar há quase sete anos. -----

----- Outra questão que a preocupava tinha a ver com a notícia saída no dia 26 de Abril, no jornal “Correio da Manhã”, onde se dizia que a Câmara queria fazer a recuperação dos bairros históricos, sem projecto. Se assim era, pedia que então avançassem com os processos 190A/RH/98 e 143/I/DMRU/96, mas realmente não se percebia que se pretendesse fazer a recuperação de bairros históricos sem projecto. ----

----- Disse, ainda, que a sua casa, na Freguesia de Santiago, com mais de 200 anos, estava toda a ceder porque a recuperação foi feita sem projecto e na maior corrupção, em que, aliás, estava metido o Gabinete. -----

----- Entregou na Mesa um documento da Polícia Municipal comprovativo de que haviam sido alteradas todas as estruturas do prédio, e que as obras feitas no 2º andar direito destruíram a sua casa e os seus objectos de arte, construídos com o seu trabalho, não tendo agora quase nada. -----

----- Por fim, disse que o Sr. Presidente da Câmara prometera, no dia 24 de Abril de 2002, instaurar um processo de averiguações, e, passado um ano, ainda não tinha visto nenhuma conclusão sobre toda a corrupção existente nos dois processos que referira e na actuação do Gabinete. Mas não desistiria do processo porque queria viver de outra maneira! -----

----- **A Sra. D. Maria de Lurdes Fonseca Sousa**, moradora na Quinta da Torrinha, zona 2A, lote 4, 3A – 1750 Lisboa, falando em nome da Associação de Moradores da área das Galinheiras, leu a exposição que a seguir se transcreve: -----

----- “A Associação de Moradores da área das Galinheiras vem a esta Assembleia levantar o problema do Bairro Municipal e os realojamentos face ao agravamento dos problemas que se vêm constatando dia a dia, não obstante as tentativas que a Associação de Moradores tem vindo a fazer, insistentemente. Solicitámos, variadíssimas vezes reuniões à Sra. Vereadora Helena Lopes Costa e ao Sr. Presidente, Dr. Santana Lopes, que nunca nos responderam. Somos, mais uma vez,

obrigados a dirigir-nos a esta Assembleia, à qual passamos a enumerar alguns dos problemas que nos parecem mais graves. -----

----- Assim, no Bairro Novo, Zona 6 Lote 4, onde foram realojadas famílias de etnia cigana, continua-se a assistir à sua resistência em deixar outras famílias serem aí realojadas, inclusivamente recorrendo a ameaças físicas sobre aqueles que o tentaram, obrigando essas mesmas famílias a abandonar as respectivas casas. -----

----- Há algum tempo que a Câmara e a GEBALIS têm conhecimento deste problema, tendo sido entregue um abaixo-assinado pela população do Bairro, denunciando esta situação à Sra. Vereadora, que até hoje não deu qualquer resposta nem resolução ao problema. -----

----- Quanto ao Bairro Velho, continuamos à espera do realojamento das 12 famílias, residentes lá há mais de vinte anos, quando é do nosso conhecimento que estão a ser efectuados realojamentos a famílias vindas de fora da freguesia e do concelho. -----

----- É dramático para estas 12 famílias viverem ainda no Bairro Velho, no meio do tráfico de droga e da demolição de parte do Bairro, pois agrava ainda mais a falta de segurança na zona. -----

----- Não compreendemos, também, as repetidas ameaças da Polícia Municipal sobre estas famílias, intimidando-as para que abandonem as suas casas, com prazos de 48 horas, quando estas mesmas famílias estão à espera que o Município proceda ao seu realojamento. -----

----- Todo este processo faz-nos lembrar atitudes mais arrogantes e prepotentes que algumas praticadas pelos senhorios privados, ao arrepio de todos os mais elementares direitos humanos. -----

----- Para terminar, solicitamos mais uma vez ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que interceda junto do Sr. Presidente, Dr. Santana Lopes e da Sra. Vereadora Helena Lopes Costa, para que nos expliquem o porquê deste silêncio a que as populações foram remetidas, alertando-os, ainda, para a necessidade da rápida resolução destes problemas. -----

----- Esperamos, assim, que com a sua intervenção finalmente sejamos ouvidos.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Mesa faria diligências junta da Câmara para obter resposta às questões colocadas, e posteriormente lhas transmitiria. -----

----- **O Sr. Ricardo Jorge Rodrigues Antunes**, morador na Urbanização da Ameixoeira, Área 6 B, lote 11 – 4º andar B, 1750 Lisboa, disse que falava na qualidade de porta-voz dos moradores, de bem, dessa área, e também na qualidade de vítima, pois ali não se vivia com a harmonia e o bem-estar de que todos gostavam, desde que lá foram realojadas famílias de etnia cigana. -----

----- Referiu que eram ex-moradores da Quinta do Louro, e que na altura do realojamento lhes tinha sido prometido pelo Presidente da Junta de Freguesia da Charneca que seriam realojados noutra local. Mas, não tendo sido possível tal realojamento, após uma reunião com o Sr. Vereador Vasco Franco foi-lhe prometido que ficariam todos realojados no mesmo local, distante dos realojados de etnia cigana. Só que essa promessa acabara por não ser cumprida já que no mesmo local realojaram

pessoas de todas as etnias, raças e credos, criando, assim, uma poderosa bomba prestes a explodir. -----

----- Disse que quando abordaram as assistentes sociais para lhes colocarem o problema resultante de tal mistura, elas lhes responderam: “é a nova filosofia dos realojamentos, juntar bons com maus para tornar os maus em bons”. -----

----- Mas, de facto, essa filosofia tinha sido mal pensada porque tal mistura estava prestes a tornar pessoas de bem, civilizadas e trabalhadoras, em criminosas, porque o ambiente que se vivia nas áreas 4 e 6 era de insegurança constante: miúdos de 14 anos conduziam carros a alta velocidade, miúdos e adultos andavam aos tiros de noite e de dia, passeavam as suas armas como se fossem um adereço de moda e provocavam pessoas de bem que chegavam a casa depois de um dia de trabalho, agredindo-as, física e psicologicamente, e ameaçando-as de morte. Aliás, ele próprio estava ameaçado de morte e até no seu carro já se vingaram. E tudo isso à vista de todos! Miúdos e adultos de etnia cigana que eram racista e inclusive diziam que os ex-moradores da Quinta do Louro foram morar para o bairro deles onde queriam ser reis e senhores. -----

----- Continuando, disse que com 23 anos de idade, 22 dos quais vividos na Quinta do Louro em paz e harmonia, nunca viu tanta barbaridade e vandalismo num bairro que tinha 16 meses e estava já todo degradado: vidros de montras partidos, portas de lojas arrancadas, polícias desarmados por moradores. Nas casas dessas pessoas problemáticas havia lixos nas escadas, elevadores avariados, os patamares serviam para pessoas se injectarem, cuspiam das janelas para os transeuntes, etc. Aliás, esses moradores faziam tráfico de armas em pleno dia, inclusive nas barbas da Polícia Municipal. Davam-se até ao luxo de terem um prédio com dez apartamentos e só dois estavam habitados pois não deixavam ir para lá ninguém a não ser quando faziam as suas festas ou para albergar as suas visitas. -----

----- Disse, a terminar, que era nesse bairro onde actualmente residia, onde entrava e saía com medo, e onde dormia com medo e pavor. Há 16 meses que não sabia o que era dormir, descansar, conviver e, por isso, pedia a ajuda da Assembleia, do Sr. Presidente da Câmara e da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa. Naturalmente seria difícil tirar de lá os reis do bairro, já tentaram isso e não o conseguiram, pelo que pretendiam que os tirassem de lá a eles, ex-moradores da Quinta do Louro, e os colocassem num outro lugar onde pudessem voltar a viver em paz e harmonia. -----

----- **O Sr. João Manuel Vidal Nabais**, morador na Rua da Vinha, n.º 37 – 2º, 1200-475 Lisboa, leu uma extensa intervenção sobre o trânsito e os transportes públicos no Bairro Alto, como, aliás, já anteriormente fizera por duas vezes na Assembleia Municipal, chamando, desta vez, a atenção para a nova carreira n.º 92, designada de “Bairro Alto Astral”, que, no seu entender, não tinha qualquer utilidade face aos objectivos que se pretendiam alcançar; -----

----- Depois de explicar as razões que o levavam a defender que a aludida carreira não tinha qualquer utilidade, propôs que à mesma fosse feita a seguinte alteração: -----

----- Repartição da carreira em duas, que poderiam ser (cada uma com a sua chapa) a carreira n.º 92-A e a carreira n.º 92-B, sendo que a primeira teria um percurso com

início e fim na Praça dos Restauradores, passando pela Rua do Ouro, Rua do Comércio, Praça do Município, Rua do Arsenal, Rua Bernardino Costa, Cais do Sodré, Rua do Alecrim, Largo de Camões, Rua do Loreto, Largo do Calhariz, Rua da Rosa, Rua D. Pedro V, Praça do Príncipe Real, Rua da Escola Politécnica, Largo de São Mamede, Rua Nova de São Mamede, Rua do Salitre, Av. da Liberdade e Praça dos Restauradores. -----

----- A segunda, também com início e fim na Praça dos Restauradores, junto dos Correios, passaria pela Av. da Liberdade, Praça da Alegria, Calçada da Patriarcal, Praça do Príncipe Real, seguindo depois o percurso e paragens da carreira n.º 100 até à Praça da Figueira, onde viraria à esquerda para a Rua da Betesga, Praça D. Pedro IV (Rossio) e Praça dos Restauradores. -----

----- Perguntou, ainda, para quando a reactivação da carreira do eléctrico n.º 24, acrescentando que seria muito importante para o turismo fazer renascer a referida carreira de eléctricos, entre o Cais do Sodré e Campolide, com os antigos carros abertos, nomeadamente durante o Verão. Aliás, se isso viesse a acontecer, podia a carreira n.º 92, ou as suas substitutas, serem suspensas, porque mais poluentes e profundamente atípicas. -----

----- Entregou na Mesa a exposição/proposta que acabara de ler. -----

----- **O Sr. Lucindo Ribeiro Cardoso**, morador na Rua de Campolide, n.º 73 – 3º 1070-027 Lisboa, disse que quando o viam agora a intervir na Assembleia Municipal, depois de já inúmeras vezes ali ter falado, não deixariam de pensar: “lá está o obcecado das chaminés”. Mas não, nada mais falso que isso! Aliás, tem tido até uma paciência de santo ao longo de todos estes anos, porque obcecada e compulsiva de incúria e de desleixo vinha sendo a Câmara Municipal de Lisboa. Mas isso de Câmara era uma coisa muito vasta, porque alguns dos seus serviços como a DMAC, com o apêndice da ARSLVT, dos bombeiros e dos fiscais, que têm ido ao terreno e desde que as chaminés surgiram, em 1995, sempre estiveram coniventes com os infractores, sem que se soubesse porquê. Mas tinha provas do que afirmava e conhecia os nomes dos funcionários coniventes. -----

----- Havia a excepção dos serviços da DMAEV, que logo em 1996 intimaram os infractores para de imediato proceder a obras de insonorização e mudança de motores, e a aplicação da respectiva coima, o que efectivamente acontecera. -----

----- Neste momento, porém, parecia-lhe que os mais altos responsáveis da Câmara estavam a navegar na mesma onda de incúria e negligência, por não cumprirem, nem obrigarem a cumprir, a lei e as normas municipais em vigor. -----

----- Dizia isto porque depois de verificar a conivência de certos serviços com os infractores, recorrera, em 1999, à Assembleia Municipal, e logo, por exigência do saudoso Presidente João Amaral, foram abertos processos aos infractores no DMPGU e já no final do ano 2000 esses mesmos serviços informaram que ambas as chaminés eram clandestinas e ilegais, estando-se a desenvolver diligências para a rápida resolução do caso. Aliás, o Presidente João Amaral enviara-lhe uma cópia da informação da Câmara a coberto de um ofício onde dizia: “Fica esta Assembleia

Municipal a aguardar o desenvolvimento do processo conducente ao respeito integral da legislação e normas municipais aplicáveis ao caso vertente”. -----

----- No entanto, desde então (2000) nunca mais os responsáveis da Câmara forneceram qualquer informação à Assembleia, apesar das muitas vezes que voltara a intervir na Assembleia Municipal. -----

----- **O Sr. Luís Filipe Bernardo dos Santos**, morador na Rua Sousa Viterbo, n.º 32, 2º esqº Lisboa, disse que apenas queria falar do processo RECRIA n.º 25/R/00 – que tinha alguma notoriedade, quer da parte da Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, quer da parte do Sr. Vereador Pedro Feist – que em termos de execução das obras, por parte da administração do prédio, tem tido várias disparidades em relação às normas. -----

----- Para recordar o Sr. Vereador Pedro Feists, adiantou que o processo, segundo presumia, era contemporâneo à inspecção do IGAT, e que o IGAT o abocara dentro da inspecção normal e ordinária da Câmara. -----

----- Mas o que queria pedir, e antecipadamente agradecia ao Sr. Presidente da Assembleia, era o favor de lhe dizer, já que a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão ainda não teve oportunidade nem de lhe responder nem de marcar uma reunião, quando é que isso seria possível. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que não tinha essa resposta para dar, mas iria diligenciar para obter essa informação. -----

----- **A Sra. D. Ana Paula Velasques Ribeiro**, moradora na Rua Ana de Castro Osório, n.º 4, 7 D, 1500-039 Lisboa, na qualidade de membro da Comissão Instaladora da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro de Acolhimento Infantil de Palma e Fonseca, leu uma extensa exposição sobre esse estabelecimento de educação pré-escolar, fundado pela população dos bairros de Palma e das Fonseca, que nos últimos 20 anos vinha sendo gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. -----

----- Referia-se na exposição, que na génese desse estabelecimento estava a doação do terreno e do edifício destinada a fins assistenciais para uma população que à época era muito carenciada. Mas, entretanto, os herdeiros do doador fizeram várias tentativas para ocupar o edifício do jardim infantil, chegando inclusivamente a haver uma ordem de despejo, proposta pela Câmara, que depois foi suspensa por intervenção da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. -----

----- Inicialmente a assistência foi prestada pela paróquia, depois, há cerca de 20 anos a esta parte, passou a ser a Santa Casa da Misericórdia, mas recentemente começaram a correr rumores sobre a transferência da gestão para outra entidade, provavelmente uma IPSS. E, de facto, esses rumores vieram a confirmar-se já que a Santa Casa se preparava para efectivamente transferir a gestão desse estabelecimento para a Associação Infante de Sagres, uma instituição que, curiosamente, tinha como Presidente e noutros cargos dos seus corpos sociais os herdeiros do doador. -----

----- Por tudo isso, solicitava-se que a Comissão Instaladora fosse recebida pela Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, da Assembleia Municipal, a quem desejavam expor o assunto e entregar outra documentação. -----

----- Entregou na Mesa a exposição acabada de ler e outra documentação relativa ao assunto. -----

----- **O Sr. José Paulo Esperança**, falando em nome da Associação de Residentes de Telheiras, leu a seguinte exposição: -----

----- “Encontro-me aqui em representação da Associação de Residentes de Telheiras e de moradores do Alto da Faia, em Telheiras. -----

----- Tivemos recentemente conhecimento, através da Junta e da Assembleia de Freguesia do Lumiar, de que está em apreciação na Câmara Municipal de Lisboa um projecto de construção de um posto de abastecimento de combustíveis no Eixo Norte-Sul, no sentido Sul-Norte, em terreno propriedade da EPUL situado na zona do Alto da Faia. Este projecto resultará do acordo celebrado entre a CML e o Sport Lisboa e Benfica. -----

----- O motivo que me traz aqui hoje é o de manifestar o nosso desagrado quanto à possível colocação desta bomba de gasolina neste local, onde neste momento existe já um parque infantil e um campo polidesportivo com cerca de um ano, da responsabilidade da Junta de Freguesia do Lumiar. -----

----- A nossa posição é totalmente contra a instalação de uma bomba de gasolina neste local, por motivos óbvios: -----

----- O Alto da Faia é uma urbanização predominantemente residencial e é assim que tem sido promovida desde a sua criação. A instalação de uma bomba de gasolina contraria as expectativas criadas aos seus moradores e irá provocar impactos ambientais negativos e gerar riscos associados; -----

----- Trata-se da instalação de uma estação de serviço de grandes dimensões, vindo o seu perímetro até à própria Rua Frederico George; -----

----- Existe nas proximidade uma Escola Primária e Jardim de Infância também recentemente inaugurada; -----

----- A zona onde está implantado o campo polidesportivo serve de barreira de protecção face ao Eixo Norte-Sul e tem potencial para ser arranjada também como espaço verde; -----

----- Os moradores não precisam de mais bombas de gasolina, visto existirem já pelo menos 8 na zona circundante; -----

----- No terreno para onde se pretende transferir o polidesportivo deve evitar-se construir mais prédios, sendo desejável a sua utilização com equipamentos colectivos ou espaços verdes, no seguimento de plano anteriormente apresentado aos moradores.-

----- Em nossa opinião, o carácter residencial do Alto da Faia deve ser consolidado através da melhoria dos espaços públicos e de um urbanismo equilibrado e saudável, e não agredido com a instalação de uma actividade desta natureza. -----

----- Em nome dos moradores do Alto da Faia, que têm repetidamente expresso a sua profunda preocupação sobre este assunto, solicitamos a esta Assembleia a sua intervenção urgente no sentido de travar este projecto, designadamente através das Comissões Permanentes de Urbanismo e de Ambiente. -----

----- Solicitamos à Câmara Municipal e em particular ao Senhor Presidente de Câmara que não autorize a implementação de um posto de abastecimento de gasolina no Alto

da Faia, dada a degradação da qualidade de vida que acarretaria seguramente para os residentes.” -----

----- **O Senhor Presidente**, terminado o período de intervenção do público, declarou aberto o período de: -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS** -----

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação as actas números 20, 21, 22, 23, 24 e 25, que previamente foram distribuídas, e como ninguém manifestou desejo de intervir sobre o conteúdo das mesmas submeteu-as à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Depois informou a Assembleia que, conforme decidido em Conferência de Líderes, esta Sessão teria continuação no dia 6 de Maio e, se fosse necessário, teria uma terceira reunião no dia 13 do mesmo mês. -----

----- Informou, também, que as instalações do terceiro andar estavam quase prontas, pelo que em breve, provavelmente até ao dia 15 de Maio, seria possível fazer a distribuição das salas aos Grupos Municipais. -----

----- Seguidamente, nos termos de uma Moção anteriormente aprovada, por unanimidade, o **Senhor Presidente** fez a entrega dos cheques com o valor das senhas de presença dos Deputados Municipais na Sessão de Homenagem ao anterior Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Amaral, recentemente falecido, ao representante da Associação de Apoio às Vítimas do Stress de Guerra, Sr. Mário Vitorino Gaspar, e ao representante da Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”, Sr. João Pereira, sendo cada um dos cheques no montante de 3.756,06 euros. -----

----- Depois, informou que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as Moções que a seguir se transcrevem, sendo que a Moção n.º 1, apresentada pelo Partido Socialista, a pedido dos subscritores seria discutida e votada noutra reunião, depois de ser fornecida informação pela Câmara Municipal. -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- “Considerando que se tornou público que os acessos ao novo estádio do Sporting Clube de Portugal incluirão um viaduto na Avenida Padre Cruz. -----

----- Considerando que para os moradores de Telheiras esta solução é altamente prejudicial e bastante penalizadora, reduzindo a qualidade de vida, como consequência do aumento da poluição atmosférica e sonora, como é destacado pela Associação de Residentes de Telheiras, (ART) que sempre defendeu a ligação em túnel. -----

----- Considerando que não se vislumbra qualquer razão, sem ser a questão financeira, para a opção pelo viaduto em detrimento do túnel. -----

----- Considerando que o ambiente e a qualidade de vida das populações tem que ser sempre uma questão central na tomada de qualquer decisão por parte dos decisores públicos. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 25 de Fevereiro de 2003 delibera: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a apresentação, na respectiva Comissão Permanente desta Assembleia, da fundamentação desta opção, bem como a apresentação do respectivo projecto; -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que não exclua definitivamente a opção em túnel, até se demonstrar que a opção em viaduto não penaliza os moradores de Telheiras.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista) -----

MOCÃO NÚMERO DOIS

----- “Considerando que: -----

----- 1 – A Comunidade Internacional assistiu nos últimos dias, em Cuba, ao desencadear de uma das mais violentas vagas de repressão política registadas nas últimas décadas nesta ilha; -----

----- 2 – O regime ditatorial de Fidel Castro, aproveitando o facto das atenções da Comunidade Internacional estarem concentradas no Golfo Pérsico em virtude da guerra, levou a cabo cerca de 80 prisões por delito de opinião, em 72 horas, demonstrando assim todo o seu desrespeito por direitos fundamentais, como sejam o da liberdade de expressão e de imprensa; -----

----- 3 – As condenações de opositores ao regime castrista (entre 15 a 27 anos de prisão) em processos arbitrários, quase sumários, merecem a inequívoca reprovação de todos os defensores da Liberdade e da Democracia. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 29 de Abril de 2003, delibera: ---

----- 1 – Condenar a repressão política aos opositores do regime conduzido por Fidel Castro; -----

----- 2 – Expressar o seu protesto e repúdio pelas arbitrárias detenções e condenações de vários cidadãos cubanos ocorridas recentemente; -----

----- 3 – Associar-se aos protestos internacionais sem precedentes, a favor do respeito pelos direitos humanos e da liberdade de expressão e associação em Cuba; -----

----- 4 – Fazer publicar o presente voto em 2 jornais diários, através de publicidade paga, e dele dar conhecimento à Embaixada de Cuba em Portugal, à delegação das Nações Unidas em Lisboa e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, em nome do Grupo Municipal do CDS-PP.) -----

MOCÃO NÚMERO TRÊS

----- Recomendação -----

----- “Na Câmara Municipal de Lisboa continua a sua política de despedimentos. Desta vez foi na Divisão de Apoio Juvenil, em que 9 jovens trabalhadores, ou seja, 60% dos seus efectivos foram despedidos! -----

----- Muitos destes trabalhavam na DAJ há mais de três anos e em conjunto com os outros 6 trabalhadores, do quadro da Câmara organizavam iniciativas como as Semanas da Juventude, a Maratona Fotográfica, o Festival de Teatro Jovem, o Tócabrir, a Cena d'Arte, elaboravam propostas de apoio às associações juvenis, organizavam e mantinham em funcionamento dois centros de informação juvenil no

Campo Grande e nas Amoreiras e mantinham uma relação estreita com as Juntas de Freguesia de forma a apoiar as suas iniciativas. -----

----- Estes são alguns exemplos da competência e qualidade do trabalho que realizavam, e que foi considerado pela actual Vereadora, a Dra. Ana Sofia Bettencourt, pois renovou-lhes no fim do ano, em Dezembro de 2002, os contratos de prestação de serviços e as avenças. No entanto, para espanto dos trabalhadores e nosso, no dia 30 de Janeiro estes recebem uma carta de despedimento. Assim, estes jovens trabalhadores com habilitações académicas superiores, alguns já com agregados familiares constituídos e encargos foram despedidos sem justificação, e a meio de uma dinâmica de trabalho, pois já se preparava a Semana da Juventude e já existiam uma série de grupos de trabalho para a realização de outras iniciativas. -----

----- Este despedimento injustificável, que diminui em 60% os recursos humanos da DAJ, coloca algumas preocupações quanto ao cumprimento do Plano de Actividades, nomeadamente na concretização das iniciativas agendadas. E suscita dúvidas quanto à forma como a Sra. Vereadora pretende resolver o pequeno número de trabalhadores que actualmente existem no Pelouro da Juventude. -----

----- Estamos solidários com os jovens trabalhadores da Divisão de Apoio Juvenil e repudiamos esta política de despedimentos sem qualquer justificação. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida no dia 29 de Abril recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- - Reavalie o despedimento dos nove jovens que trabalhavam na Divisão de Apoio Juvenil, considerando que estes além das suas habilitações académicas, adquiriram experiência de trabalho e sempre demonstraram disponibilidade e interesse a exercer as suas funções no Pelouro da Juventude.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Susana Silvestre, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

MOÇÃO NÚMERO QUATRO

----- “No rescaldo das bombas sobre o Iraque há quem proclame a “libertação” de um país. Estranha “libertação” esta que não trouxe multidões para a rua a apoiar os soldados como aconteceu com o nosso 25 de Abril. -----

----- Estranha “libertação” esta que deixa cidades inteiras destruídas e não só os palácios presidenciais. Universidades calcinadas, hospitais sem meios e a abarrotar de feridos, ruptura geral nos sistemas de abastecimento de água, electricidade e géneros, saques indiscriminados com a cumplicidade e indiferença das forças ocupantes que se apressaram a defender os poços de petróleo e o Ministério responsável por estes recursos. -----

----- O povo iraquiano, a quem a ditadura de Saddam Hussein não deixa saudades, mostra não aceitar ser libertado por invasores que põem em causa a sua independência, que ocupam posições estratégicas no seu território e que já ameaçam a Síria como país do “eixo do mal” onde é necessário vir a encontrar as armas de destruição maciça não encontradas no Iraque. -----

----- A comunidade internacional não entende porque não foram tomadas medidas para evitar a destruição, por saque, de um património histórico da humanidade,

irrecuperável, como o Museu e a Biblioteca de Bagdad, apesar da tragédia ser previsível e poder ter sido evitada. -----

----- Como afirma o arqueólogo Cláudio Torres em carta aberta ao Primeiro-Ministro português: “O nosso país tornou-se cúmplice desta guerra que, para além dos massacres que tem provocado, está a pôr em causa séculos de história... O poderoso Sr. Bush pode dar-se ao luxo de pisar e desdenhar uma memória histórica que desconhece, porém, nós, os pequenos, para sobreviver temos de preservar os nossos equilíbrios e saberes, a nossa história e sobretudo a nossa identidade”. -----

----- Esta guerra de ocupação e domínio imperial sobre o Iraque procura impor ao mundo a soberania norte-americana que age impunemente fora de quaisquer leis internacionais. -----

----- A administração Bush, cujos falcões se preparam para retirar os proveitos económicos da destruição, através das suas empresas de reconstrução e de saque dos recursos naturais, deve ser considerada *persona non grata* junto dos povos amantes da liberdade e da paz. -----

----- A exemplo de posições idênticas já tomadas noutros países, a Assembleia Municipal de Lisboa, decide declarar *persona non grata* a George Walker Bush pelo atropelo ao direito internacional e ao direito da humanidade à paz e à liberdade. -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda). -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- Alterações à Sisa e à Contribuição Autárquica -----

----- “1 - Considerando que na sequência das medidas gravosas tomadas por este Governo contra as autarquias, nomeadamente a decisão de excluir para efeitos da capacidade de endividamento os empréstimos para o investimento na habitação social e para as obras participadas pelo III Quadro Comunitário de Apoio, que já levou à asfixia financeira de muitos municípios, vem agora o Governo anunciar que irá proceder à alteração da legislação relativa ao imposto de sisa e da contribuição autárquica, -----

----- 2 - Considerando que esta decisão foi tomada de forma arbitrária, sem que as autarquias tivessem sido previamente ouvidas, facto que revela um claro desprezo pelos municípios e seus representantes e configura um ataque ao poder local; -----

----- 3 - Considerando que a verba dos referidos impostos constitui uma das principais receitas dos municípios, que no caso da sisa em Lisboa ascendeu em 2002 a 107 milhões de euros, sendo não só o maior mas a que mais tem crescido, correspondendo, neste ano, a cerca de 32,6% da totalidade dos impostos directos e indirectos do Município; -----

----- 4 - Considerando que a concretizarem-se as intenções do Governo haverá uma quebra muito significativa das receitas da CML já no corrente ano, facto que agravará as dificuldades financeiras do Município de Lisboa e a qualidade de vida dos lisboetas; -----

----- 5 - Considerando que o Governo ainda não deu total garantia de que compensará as autarquias, no caso de haver quebra das receitas; -----

----- 6 - Considerando que esta decisão mais não visa do que minimizar os efeitos desastrosos da política orçamental do Governo, à custa do sacrifício das autarquias, constituindo medidas avulsas que escamoteiam a falta de vontade política para fazer uma verdadeira reforma da tributação do património mais justa e transparente, que passaria por um imposto único sobre o património; -----

----- 7 - Considerando que a alteração dos critérios de fixação da contribuição autárquica, sem uma análise aprofundada das suas implicações, na qual as autarquias devem participar, poderá ter, em muitos casos, consequências gravosas para as populações mais desfavorecidas da capital, podendo mesmo levar à alteração da lei das rendas, conforme pretensão manifestada por certos grupos económicos. -----

----- A Assembleia Municipal, reunida em 29 de Abril de 2003, deliberou: -----

----- 1 - Protestar contra a atitude do Governo, em virtude de ter tomado uma decisão que afecta o orçamento das autarquias, já no ano em curso, sem as ter previamente ouvido; -----

----- 2 - Exigir que o Governo retire as propostas legislativas anunciadas e inicie um diálogo com as autarquias por forma a procurar encontrar um consenso sobre esta matéria, com vista a que se proceda a uma verdadeira reforma da tributação do património, mais justa, equitativa e transparente, que passa não pela tomada de medidas avulsas, mas por um imposto único sobre o património; -----

----- 3- Que no caso de serem aprovadas as alterações à Sisa e à Contribuição Autárquica e se verifique queda das receitas das autarquias, o Governo proceda à transferência de verbas da Administração Central, por forma a assegurar a manutenção das receitas municipais; -----

----- 4 - Remeter esta moção ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, à ANAFRE e divulgá-la pelos órgãos de comunicação social com publicidade paga em pelo menos dois jornais de âmbito nacional.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, em nome do Grupo Municipal do PCP). -----

MOÇÃO NÚMERO SEIS

-----25 DE ABRIL E 1º DE MAIO -----

----- “Ao associar-se às comemorações do 29º aniversário do 25 de Abril, o povo de Lisboa mais uma vez demonstra o seu incondicional apoio à acção libertadora dos jovens militares progressistas, que fizeram desse dia um marco histórico para o nosso país e para todo o povo que ansiosamente aspirava alcançar a vitória da Liberdade e da Democracia. -----

----- Os ideais que estiveram na génese do 25 de Abril continuam a ser a luz que ilumina as vidas das diferentes gerações de lisboetas, incluindo as mais jovens. Por isso, o 25 de Abril é feriado, e é feriado que os portugueses respeitam, quer se encontrem no país quer estejam emigrados, respeitam aquilo que, histórica e culturalmente, faz parte de cada um de nós e norteia as nossas vidas. -----

----- Estão subjacentes a estes ideais, valores como a Justiça e a Paz – que é possível e obrigatória –, a solidariedade e a cooperação entre diferentes povos, mas todos pertença de uma mesma raça: a raça humana. -----

----- O exemplo que nos vem dos mártires de Chicago, ensina-nos que sem luta nada se consegue e que o progresso da Humanidade, sobretudo nos últimos dois séculos, é resultado da intervenção decidida, esclarecida e solidária dos trabalhadores. -----

----- O Dia Internacional do Trabalhador, que já era feriado em quase todo o mundo, menos em Portugal, passou a consagrar-se como tal, graças à Revolução do dia 25 de Abril de 1974 e à luta de muitos trabalhadores que para ele contribuíram com total entrega, disponibilizando, até, as suas próprias vidas. -----

----- São duas datas em que as populações fazem questão de saírem à rua e festejarem, mostrando assim o seu apego aos valores da liberdade, da democracia, da solidariedade, da justiça social e da amizade entre os povos. -----

----- Nenhum interesse, nem nenhuma razão económica ou consumista, pode sobrepor-se ao direito do povo festejar de forma pública e colectiva aquelas duas datas. -----

----- A Assembleia Municipal, enquanto representante dos interesses e anseios dos lisboetas, só pode estar ao lado dos que não aceitam vender a sua consciência cívica, política e cultural em troca de mais algum dinheiro para fazer face a um custo de vida muito acima do poder de compra dos salários. -----

----- Por isso decide: -----

----- Manifestar o seu apoio às manifestações populares e demais actos comemorativos do 25 de Abril e do 1º de Maio e apelar à população de Lisboa para que, uma vez mais, a elas se associe; -----

----- Exigir ao Governo e ao Executivo da CML que se demarquem das atitudes de todos aqueles que visem reduzir a importância e a abrangência do significado destas duas datas e que façam cumprir a legislação que rege a abertura e o encerramento das grandes superfícies comerciais, bem como a laboração das empresas, garantindo assim o direito feriado que cabe aos trabalhadores; -----

----- Repudiar todas as tentativas de sinal contrário que possam surgir; -----

----- Proceder à divulgação desta moção através de dois órgãos de comunicação social de âmbito nacional; -----

----- Dar conhecimento da mesma, à Câmara Municipal de Lisboa e aos órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Carvalho Machado, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

MOÇÃO NÚMERO SETE

----- Recomendação -----

----- **Sobre os painéis de informação em tempo real nas paragens de transportes colectivos de passageiros.** -----

----- “A mobilidade assume hoje uma expressão determinante na qualidade de vida e organização das sociedades. -----

----- A acessibilidade tem assumido um particular significado nas sociedades contemporâneas, considerando-se não só a perspectiva da competitividade económica dos territórios mas também do ponto de vista dos Estados democráticos, enquanto factor de igualdade de oportunidades dos cidadãos bem como à prestação dos serviços de natureza social e colectivos mínimos (saúde, educação, etc). -----

----- À centralidade que assume por via destas causas, acresce igual significado quanto às suas consequências – os impactos ambientais, a saúde pública, os consumos energéticos, o significado económico do sector, as repercussões sociais e da organização e o funcionamento urbano. -----

Nesse sentido a promoção do transporte público impõe medidas no âmbito da oferta, para além das de carácter urbano e de uso do solo, mas também pelo recurso aos designados serviços e sistemas inteligentes de transportes (ITS). -----

----- A sensibilização para a adopção e desenvolvimento de aplicações ITS por parte dos operadores traduz-se já, entre outros, na verificável progressiva instalação de painéis de informação ao utente – em tempo real – sobre o tempo de espera nas paragens de autocarros. -----

----- Iniciativa que se reveste da maior importância não só enquanto modernização dos operadores (estas estruturas de informação constituem-se igualmente enquanto sistemas de gestão de frotas e de recursos humanos e técnicos, etc) mas também como motivador da utilização dos transportes colectivos, pela satisfação das necessidades de informação bem como pela fundamental redução da ansiedade, incerteza e *stress* que afasta muitos dos utilizadores ou potenciais utentes. -----

----- No entanto, do ponto de vista do espaço urbano, das barreiras arquitectónicas e da geração de campos electromagnéticos (que estão associados ao crescente número de equipamentos e painéis a colocar nas paragens), importará que as entidades públicas e reguladoras equacionem no futuro que estes equipamentos não tenham uma lógica de operador mas sim de paragem (de utilização comum pelos diferentes operadores), até pela eficiência da leitura para o utilizador (que teria concentrado num só painel toda a informação para essa paragem). -----

----- Portugal tem alguns bons exemplos de casos de sucesso onde existe um gestor único de um serviço que na verdade é prestado por diversas entidades, muitas vezes concorrenciais, como é o caso da SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços) ou da Via Verde. (sistema electrónico de pagamento). -----

----- Face ao papel das autarquias enquanto gestoras do espaço público e à sua natureza territorial e de primeira responsável pela qualidade do espaço urbano. -----

----- Considerando estarem em curso projectos, de diferentes operadores de transportes (Carris e Rodoviária de Lisboa), de informação ao cliente em tempo real com recurso à instalação de painéis junto das paragens. -----

----- Tende presente o efectivo interesse público nestes projectos, e que por isso importará não só apoiar mas também dinamizar os demais operadores a aderirem a estas tecnologias e serviços. -----

----- Realçando-se que ao constituir-se enquanto uniformizador do sistema, a entidade pública contribuirá para a maior e mais célere adesão dos restantes operadores – já

que serão eliminadas ou significativamente reduzidas algumas incertezas tecnológicas, e simultaneamente serão introduzidas economias de escala, a partilha de custos de investimento e a redução do risco associado às apostas nas novas tecnologias. -----

----- A compatibilização dos sistemas dos diversos operadores e a participação pública permitirão igualmente acelerar – para além do número de paragens cobertas pelo sistema, já que em alguns sítios deixaria de haver duplicação de painéis – a introdução de respostas a preocupações como a da informação para deficientes (visuais e auditivos) – aplicações similares desenvolvidas, em particular em Praga e na Holanda, que com estas ou outras soluções importará considerar – ser equacionada a possibilidade de, no futuro, os painéis terem igualmente como fonte energias alternativas (solar ou outras), etc. -----

----- Tendo em conta que estes painéis são também receptores de mensagens, a parceria operadores e entidade pública, aumentaria seguramente as potencialidades de eficácia do sistema de transportes públicos. -----

----- Assim, os eleitos em representação do Partido Ecologista “Os Verdes” na Assembleia Municipal de Lisboa propõem a aprovação da seguinte recomendação: ----

----- Que o executivo efectue as diligências necessárias junto das diversas entidades, tão brevemente quanto possível, no sentido de vir a ser avaliada juntamente a possibilidade de dinamização de um sistema conjunto de informação em tempo real nas paragens de transportes colectivos de passageiros com vista à generalização deste serviço e à melhoria do sistema de transportes na cidade, acautelando os problemas relacionados com as barreiras arquitectónicas e antecipando soluções de informação a pessoas com deficiência e energéticas.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Manso Pinheiro e José Luís Ferreira, do PEV) -----

MOÇÃO NÚMERO OITO

----- Saudação ao 25 de Abril -----

----- “Ao associarmo-nos às comemorações do 29º aniversário do 25 de Abril queremos prestar a devida homenagem aos seus grandes obreiros, dizendo OBRIGADO, aos militares que organizaram o Movimento das Forças Armadas. -----

----- Os ideais que conduziram os Capitães de Abril na libertação do nosso País, de um regime opressor das liberdades do seu povo, continuam a ser as bases necessárias e essenciais para o desenvolvimento de Portugal. -----

----- Nesta saudação, gostaríamos de destacar o discurso proferido por S.E. o Senhor Presidente da República, na sessão comemorativa do 25 de Abril, porquanto utilizando uma linguagem simples e directa, foi o verdadeiro porta-voz das preocupações da maioria dos nossos concidadãos, lembrando que «há vida para além do orçamento». -----

----- Como nos apraz saudar esta afirmação do Senhor Presidente da República, porque ela vem na linha das preocupações que o PS tem apresentado, a partir do momento, infeliz, em que este Governo declarou que o país “estava de tanga”. Porque, foi a partir desse momento que Portugal começou a ter um problema económico, e

infelizmente estamos já a caminho da recessão, o que as últimas previsões do Governo, quanto ao crescimento do Produto Interno Bruto vêm confirmar. -----
----- No momento de comemorarmos o 29º aniversário do 25 de Abril não podemos deixar de sublinhar as nossas preocupações com a situação social em Portugal, com o desemprego a aumentar diária e quotidianamente de uma forma assustadora. -----
----- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida delibera: -----
----- Manifestar o seu apoio às manifestações populares comemorativas do 29º aniversário do 25 de Abril: -----
----- Saudar de forma muito especial todos os militares de Abril, congratulando-se com a Justiça que está a ser feita no que respeita às suas carreiras; -----
----- Apelar à participação dos trabalhadores nas comemorações do 1º de Maio, especialmente importantes num momento de tão grandes dificuldades. -----
----- Apelar, ao Governo para que repense a política económica que tem vindo a aplicar e se recorde de que «há vida para além do orçamento». -----
----- Publicar esta moção em dois jornais nacionais.” -----
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista). -----

MOÇÃO NÚMERO NOVE

----- “O Estado iraquiano primava por ser, com Saddam Hussein e seus cúmplices, um regime de partido único, ditatorial, sanguinário, militarista, onde vigoravam práticas como a censura, as prisões arbitrarias, a tortura e o assassinio. Daí que a deposição do regime despótico de Saddam Hussein tenha sido uma excelente notícia para todas as pessoas decentes em toda a parte do mundo e também no Iraque. -----
----- Uma excelente notícia que, no entanto, não deve fazer esquecer: -----
----- Mais uma tragédia para o povo iraquiano, vítima de sucessivas guerras, vítima de um tirano e que agora se viu vítima das bombas supostamente lançadas para o salvar; -
----- A ineficácia dos soldados americanos na salvaguarda da ordem pública, da segurança das populações e na protecção do património histórico da humanidade, existente no Museu e na Biblioteca de Bagdad; -----
----- As prioridades duvidosas da administração americana – que só se preocupou em proteger o Ministério do Petróleo; -----
----- Os negócios, para a reconstrução do Iraque, antecipadamente efectuados com empresas directamente ligadas a influentes membros do Governo dos EUA. -----
----- Do mesmo modo, o sucesso militar da intervenção não pode apagar o facto de termos assistido a uma acção unilateral, à revelia das Nações Unidas e da legalidade internacional. Uma acção sem legitimidade. -----
----- Infelizmente não foi essa a posição do Governo de Portugal, que se foi alinhando progressivamente com a intervenção militar unilateral da Administração Bush, rompendo com o consenso nacional em torno da política externa, assente na defesa do Direito Internacional, que sempre caracterizou o Estado português nas últimas três décadas. -----
----- Pelo exposto, e considerando que: -----
----- Portugal precisa de voltar ao consenso que sempre existiu em termos de política

externa. A opção portuguesa tem de ser a do aprofundamento da construção europeia. O empenhamento nas boas relações entre Portugal e os EUA, bem como entre os EUA e a União Europeia, deve continuar a ser uma prioridade da política externa portuguesa. Uma sólida relação transatlântica deve ser um eixo estruturante da estabilidade e da construção europeias. Mas a posição não pode ser a de colocar em causa as relações europeias para embarcar numa promessa atlantista, feita apressadamente para dar uma ilusão de diplomacia a uma cimeira de guerra; -----

----- O esforço de reconstrução do Iraque terá de ser imenso. A implementação de um regime democrático será eivada de dificuldades. A política de ajuda humanitária não pode ser um subproduto da acção militar. A segurança de pessoas e bens terá de ser assegurada. Deverá existir a garantia de que as riquezas do Iraque pertencerão aos iraquianos. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa hoje reunida, delibera: -----

----- Recomendar ao Governo que assuma a defesa intransigente, em todas as organizações internacionais de que Portugal faça parte, de que a ONU assuma no Iraque um papel de coordenação em todo o processo de reconstrução e transição para a democracia; -----

----- Dar conhecimento desta moção a todas as Juntas de Freguesia de Lisboa; -----

----- Publicar esta Moção em dois jornais diários.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Dias Baptista e Rui Paulo Figueiredo, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista). -----

----- **MOÇÃO NÚMERO DEZ** -----

----- “A teoria da guerra preventiva foi inventada por Adolfo Hitler e praticada, enquanto lhe foi possível, com graves consequências para a humanidade. -----

----- Segundo o escritor uruguaio Eduardo Galeano, em 1953 o então presidente norte-americano Eisenhower terá declarado que “não levaria a sério ninguém que viesse propor-me uma coisa semelhante”. -----

----- Mas o actual presidente dos Estados Unidos da América ultrapassa tudo e todos, ao pôr em marcha uma guerra impiedosa e destruidora, com o apoio do primeiro-ministro da Inglaterra e de outros governos acólitos, de entre os quais o de Portugal. --

----- Ninguém, no mundo, poderá negar que, no Iraque, Saddam Hussein pôs em marcha uma violenta guerra de destruição e de morte de centenas de milhares de homens e mulheres, dos quais muitos eram comunistas e de esquerda, com o apoio político e o fornecimento de armas químicas, de destruição maciça, por parte de governos dos Estados Unidos da América. Era, de facto, um ditador que também foi apoiado e esteve ao serviço do poder norte-americano, quando levou a cabo uma guerra contra o Irão, quando este país se libertou do Xá e da “clique” amiga dos EUA.

----- Mas, na verdade, actualmente tudo se encaminhava para que a comunidade internacional, através das Nações Unidas, levasse a bom termo uma acção de travagem e de impedimento de propósitos belicistas do ex-regime de Bagdad, capaz de gerar uma situação de evolução positiva no Médio Oriente, de mudança política no Iraque que fosse também propiciadora de crescente resolução de graves problemas como os da Palestina e de Israel. -----

----- Foi isso, juntamente com poderosos interesses de controlo dos negócios do petróleo no Médio Oriente e da ameaça, tão pouco conhecida, de o Iraque passar a usar o Euro como moeda prioritária, em desfavor do dólar, que levou os EUA à imposição da guerra preventiva e dos bombardeamentos que mataram milhares de homens, mulheres e crianças em suas casas e nas ruas das suas cidades. Foi esta a brutal realidade imposta pela coligação guerreira de George Bush e Tony Blair. -----

----- Hoje, no Iraque, face à ocupação americana e inglesa, perfila-se, afinal, o perigo da caminhada fundamentalista para o poder dos Mullahs e Ayatollahs. Os valores da cultura, os museus, as bibliotecas, o que de melhor existia na memória do mundo histórico e milenar, foram delapidados e destruídos, com o beneplácito dos novos bárbaros e também traficantes de bens de valor incalculável que deviam ser inalienáveis e pertença aberta e indestrutível de toda a humanidade. -----

----- Aí está, o quadro dantesco da morte, do saque e da violência, espalhado pelo Iraque. Aí estão a destruição e a ocupação dos novos e afinal tão velhos exércitos coloniais. Por tudo isso, e por outras razões sobejamente identificadas e conhecidas, a Assembleia Municipal de Lisboa junta a sua voz à do povo da região de Lisboa e do País, exigindo o regresso à paz e que o processo no Iraque e no Médio Oriente seja retomado no âmbito dos consensos necessários e urgentes da comunidade internacional e das Nações Unidas, para que os iraquianos possam enfim governar livremente a sua terra, eles que anteriormente eram reconhecidos pelas práticas de tolerância religiosa, e para que outros processos perigosos no Médio Oriente, nomeadamente o chamado conflito israelo-palestiniano, possam ter finalmente desenvolvimentos positivos no sentido da defesa dos direitos e da independência dos países e povos e dos caminhos legítimos da paz, que é, hoje mais do que nunca, necessário voltar a conquistar e a trilhar, para superação de uma crise brutal que se torna também perigosa para o futuro da Europa e ameaçadora a nível mundial. -----

----- O novo império, agora norte-americano, que se perfila, ameaçador e prepotente, não pode passar adiante, como não passaram outros exércitos e impérios que ignoraram e tripudiaram sobre o Direito Internacional e a legítima independência dos países e dos povos.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, começou por salientar a forma brilhante como o ex-Vereador Carmona Rodrigues desempenhara as suas funções, quer nos contactos que teve com a Assembleia Municipal, que nos diversos contactos que teve com a sua freguesia. De facto, deu gosto trabalhar com um Vereador com as características do Sr. Prof. Carmona Rodrigues, que dado ao seu fino trato e à eficiência que revelara merecia de todos alta consideração. -----

----- Saudou também a entrada em funções do substituto do Prof. Carmona Rodrigues, Sr. Vereador Moreira Marques, a quem desejou as maiores felicidades no exercício do cargo. -----

----- Depois, aludindo à intervenção feita no período de intervenção do público pelo representante da Associação de Residentes de Telheiras, disse que a questão referente à instalação de uma bomba de gasolina no Alto da Faia prendia-se com o acordo que foi celebrado entre a Câmara e o Sport Lisboa e Benfica para que no eixo Norte/Sul, nos dois sentidos, fosse colocado um posto de abastecimento de combustível. -----

----- Sabiam que o Departamento de Planeamento Urbanístico da Câmara apontava como solução mais provável a situação da bomba de gasolina, no sentido Sul/Norte, no Alto da Faia, num local onde estava instalado um polidesportivo que, a expensas da Junta, ali tinha sido colocado há cerca de um ano, com autorização da Câmara, mas todas as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia do Lumiar entendiam que essa solução não era de considerar, tendo o Executivo da Junta igual entendimento. -----

----- E porque também a população, como hoje ali verificaram pela intervenção de um membro da Associação de Residentes de Telheiras, levantava diversas questões relativamente à instalação do posto de abastecimento de combustíveis naquele local, estava convicto que o Sr. Presidente da Câmara analisaria devidamente a questão e procuraria encontrar uma alternativa em toda a extensão do eixo Norte/Sul, entre a Ponte 25 de Abril e a CRIL. -----

----- Seguidamente, disse que o centro de saúde do Lumiar, situado na Alameda das Linhas de Torres, servia as freguesias do Lumiar, da Ameixoeira e da Charneca, com extensões, uma na Ameixoeira e outra no Alto do Lumiar, servia uma população na ordem dos 60.000 a 70.000 habitantes e tinha inscritos cerca de 40.000. Mas, devido à falta de médicos que se verificava desde há dois anos a esta parte, neste momento cerca de 8.000 utentes não tinham médico de família. E, como se isso não bastasse, desde há cerca de dois meses, uma greve, convocada pelo Sindicato Independente dos Médicos, impedia o funcionamento das chamadas urgências, ou seja, quem não tinha médico de família não tinha nesta altura possibilidade de recorrer ao médico de urgência para resolver os seus problemas. -----

----- Mas estava convicto que o Sr. Presidente da Câmara, e em particular a Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro da Acção Social, teriam em atenção esse problema para, em jogo de influências, procurar conseguir resolvê-lo, porque aos autarcas do Lumiar, como representantes da população, o que lhes interessava era que o centro funcionasse e prestasse o apoio devido à população das referidas freguesias. -

----- Continuando, disse que os arrumadores de automóveis, desde o final do ano passado, passaram a ser objecto de um diploma próprio que cometera às Câmaras Municipais a regulamentação da sua actividade. Ela ainda não estava regulamentada em Lisboa, mas esperava-se que fosse devidamente ponderada e tratada para que aquilo que até agora criava alguma preocupação na população, fosse devidamente regulamentado. -----

----- Sobre a Moção apresentada pelo PS – cujo adiamento já tinha sido pedido pelos subscritores – sobre as acessibilidades ao novo estádio do Sporting, disse que houve uma reunião, onde esteve presente a Associação de Residentes de Telheiras, elementos do Gabinete do então Vereador Carmona Rodrigues e representantes da

Direcção do Sporting, tendo ficado acordada e solucionada toda a problemática quanto às acessibilidades ao novo estádio do Sporting. Aliás, a própria Associação de Residentes de Telheiras assinara um documento com o Presidente da Junta e com a Direcção do Sporting no sentido da clarificação dessa situação. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra leu a seguinte Declaração Política: -----

----- “Considerando a existência de uma Moção sobre os acontecimentos e as condenações de 75 cidadãos pelos tribunais de Cuba, durante o mês de Abril. O grupo de Deputados Municipais do PCP declara:-----

----- Repúdio pelo alinhamento desta Moção à campanha de desinformação e manipulação da opinião pública sobre a verdade dos factos. -----

----- Repúdio pelo tom calunioso e reaccionário desta Moção. -----

----- Supostamente pretende-se fazer crer que o regime Socialista de Cuba julgou sumariamente dissidentes por delito de opinião, enquanto se esconde que existe lei e tribunais em Cuba. -----

----- Esconde-se que estes crimes agora julgados e punidos se devem a provas irrefutáveis de actos terroristas – do sequestro de dois aviões e uma lancha – e do perigo que dessa acção resultou para as vidas dos passageiros entre os quais se contavam mães e filhos e pelo tratamento brutal que deram aos sequestrados, ameaçados de morte com armas brancas e de fogo. -----

----- Acresce que nos últimos sete meses ocorreram outros sete sequestros com utilização de armas. -----

----- Sabe-se que esta acção criminosa parte da actividade conspiratória que desde há muito é desenvolvida a partir da Secção de Interesses dos EUA em Havana, que se tem dedicado a organizar, financiar e proteger um grupo de mercenários cubanos, convertendo esta sua representação como um centro de subversão contra o país. -----

----- Por outro lado esta manipulação hipocritamente esconde, por exemplo, que George Bush, durante seis anos do seu mandato como governador do Texas assinou a execução de 152 pessoas e que na sua actual qualidade de presidente dos EUA, declarou que “a pena de morte é uma medida que ajuda a salvar vidas”. -----

----- Esquece também as condições desumanas em que cinco cidadãos cubanos, se encontram detidos nos EUA, cumprindo pesadas penas de prisão (três dos quais condenados a prisão perpétua) depois de terem denunciado agressões ilegítimas contra o estado cubano. -----

----- Esquece, ainda, o prolongado bloqueio económico ilegal imposto há décadas pelos EUA a Cuba, com dramáticas consequências económicas e sociais para a sua população. -----

----- O Grupo de Deputados Municipais do PCP reafirmam o principio de, em qualquer parte do Mundo, ser contra a pena de morte. -----

----- Mas consideram o direito de qualquer Estado de defender a sua ordem constitucional e a sua segurança de ataques externos ou acções de natureza criminosa.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves**, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que lamentava ter de protestar mas não podia deixar de o fazer porque o que foi dito era um atentado à inteligência democrática das pessoas. -----

----- De facto, vir defender-se que foi legítima e de acordo com todas as regras que deveriam prevalecer na defesa dos direitos humanos dos cidadãos em qualquer parte do mundo, a condenação à morte de três dissidentes do regime de Fidel de Castro, que não puseram em risco a vida de ninguém, não feriram ninguém, não mataram ninguém e em menos de uma semana corraera todo o processo até à sua execução, era, efectivamente, um atentado à inteligência democrática de qualquer pessoa. -----

----- Por outro lado, relativamente aos outros 75 dissidentes intelectuais de Cuba, que teriam manifestado a sua opinião contra o regime opressivo e ditatorial que vigorava na ilha e por causa disso foram condenados a 1.300 ou 1.400 anos de prisão no seu conjunto, dizer-se que isso era democrático, que era normal e que era perfeitamente legítimo, era também um atentado contra a inteligência democrática de qualquer cidadão. -----

----- Era por isso que protestava, e protestava vivamente porque não havia ditadores de uma maneira e ditadores de outra. Ditadores eram sempre ditadores, fossem da esquerda ou fossem da direita. Chamassem-se eles Saddam Hussein, Hitler, Salazar ou Staline, eram sempre ditadores. -----

----- Viva e democracia, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, em contraprotesto, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves não devia ter percebido a sua intervenção, porque não referira as 152 pessoas que o Presidente Bush assinou para serem fuziladas ou mortas na cadeira eléctrica. -----

----- Por outro lado, também não ouviu bem aquela parte da sua intervenção em que referiu: “O Grupo de Deputados Municipais do PCP reafirma o princípio de, em qualquer parte do mundo, ser contra a pena de morte – também nos Estados Unidos eram contra – mas consideram o direito de qualquer Estado defender a sua ordem constitucional e a sua segurança de ataques externos ou acções de natureza criminosa.” -----

----- Portanto, para o PCP os sequestradores tanto eram terroristas nos Estados Unidos como eram em qualquer outra parte do mundo, não podiam ter dois rótulos ou dois pesos e duas medidas para considerar os mesmos crimes de maneira diferente consoante o sítio onde fossem praticados. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha a ver com uma situação que há cerca de três anos era recorrente, que era a tentativa de encerrar a Escola Secundária David Mourão Ferreira, situada na sua freguesia. -----

----- Essa escola, inaugurada há cerca de seis anos, tinha todas as condições para o ensino secundário, inclusive para alunos especiais, ou seja, alunos deficientes, desde tetraplégicos, surdos-mudos, com trissomia 21, e alunos que normalmente eram afastados e colocados muitas vezes fora do ensino normal. -----

----- O Governo gastara cerca de um milhão de contos, na altura, para construir essa Escola Secundária num dos centros históricos da cidade, e agora, a DREL, na sexta-feira passada, entrando pela escola e dirigindo-se ao Conselho Directivo disse que a escola ia ser encerrada. E porquê? Porque tinha 106 alunos diurnos e 416 nocturnos! --

----- Ora, essa escola, como diziam, e bem, os professores, os alunos e os encarregados de educação, vinha sendo alvo dessa tentativa para que os pais não tivessem a certeza que ao colocar ali os filhos eles pudessem continuar, porque cada vez que havia um ataque da DREL nesse sentido tal fazia com que diminuísse o número de alunos candidatos. Mas, por acaso, este ano não acontecera assim! -----

----- Continuando, disse que como Presidente da Junta já oficiara à DREL, ao Sr. Ministro da Educação e ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. Santana Lopes, porque quando se dizia que queriam trazer jovens casais para a cidade, não se compreendia que havendo uma escola que tinha todas as condições, com meios de transporte públicos, uma escola que estava inserida na comunidade, houvesse sempre a ameaça de encerrar essa escola. -----

----- Por isso, perguntava como é que ela, Presidente da Junta, bem como alunos, encarregados de educação, professores e outros trabalhadores poderiam perceber isso, se quando instado sobre se fechavam ou não a escola, o Sr. Ministro respondeu: “Cumpre-me informar V. Ex^a que não se prevê a extinção da Escola Secundária David Mourão Ferreira para o ano lectivo de 2002/2003”. -----

----- Recordou que o PCP questionara na Assembleia da República o Ministro da Educação do anterior Governo e depois também o do actual Governo, e também ela questionara a DREL perguntando-lhe se tinha conhecimento do encerramento da escola, porque a DREL entrara, dirigira-se ao Conselho Directivo e foi-se embora sem querer saber das condições! -----

----- Saberá a DREL que a Escola David Mourão Ferreira era uma escola de acessos? -----

----- Saberá que essa escola tinha uma verdadeira equipa de formadores? -----

----- Saberá que os funcionários da área educativa formavam uma equipa para que tudo funcionasse em função da aprendizagem e da formação dos alunos? -----

----- Saberá que havia uma verdadeira comunidade educativa? -----

----- Saberá que o que estava a fazer era grave, era mesmo gravíssimo nomeadamente para todos os alunos de uma maneira geral e de forma muito especial para aqueles pais que tinham filhos que sofriam de uma qualquer deficiência? -----

----- Saberá que a reforma da educação não poderia ser vista apenas pela rentabilidade económica/financeiramente? -----

----- Saberá que tendo 100 alunos jovens que passavam a mensagem da educação, da participação e da cidadania, seriam mais 100 jovens a procurar outras vias, como a droga e outras, para se sentirem felizes? -----

----- Saberá a DREL que com o encerramento dessa escola estava contra a política da Câmara Municipal de Lisboa que queria atrair jovens para a cidade? -----

----- Bom, o Sr. Ministro da Educação respondeu-lhe, a DREL não! -----

----- A terminar, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, aos Vereadores e a todos Deputados Municipais, disse que não podiam deixar encerrar uma escola com as

condições físicas e humanas que esta tinha, e, por isso mesmo, a Câmara devia fazer força para que esse erro não fosse cometido. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, aludindo às moções apresentadas, começou por se referir à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre a questão entre a América e o Iraque dizendo que ela tinha 8 parágrafos e 34 linhas, e dessas 34 linhas 33 eram para atacar dois governos democraticamente eleitos, neste caso o americano e o português, e uma linha para atacar o regime ditatorial iraquiano. -----

----- Ou seja, em 33 linhas atacava-se o Presidente dos Estados Unidos da América, democraticamente eleito, e apenas numa para referenciar, de forma *sofft, light* até, o ditador iraquiano. Senão leia-se: “O povo iraquiano, a quem a ditadura de Saddam Hussein não deixa saudades”. -----

----- Por outro lado, essa Moção, em vez de se congratular com o fim de uma ditadura e a queda de um tirano, atacava o país democrático que a provocara. Mas perguntava ao Bloco de Esquerda se não se teriam enganado e não teriam querido declarar *persona non grata* o ditador Saddam Hussein! -----

----- Relativamente à Moção do PCP sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio, disse que ela era absolutamente inaceitável. E era inaceitável face ao que se lia no seguinte parágrafo: “A Assembleia Municipal, enquanto representante dos interesses e anseios dos lisboetas, só pode estar ao lado daqueles que não aceitam vender a sua consciência cívica, política e cultural em troca de mais algum dinheiro para fazer face a um custo de vida muito acima do poder de compra dos salários.” -----

----- Mas quem era ele ou alguém ali presente para dizer que um trabalhador que quisesse ir trabalhar nesses feriados para ganhar mais algum dinheiro e poder viver com mais algum conforto, andava a vender a sua consciência? -----

----- Quem era ele ou alguém ali presente para dizer que uma família que quisesse aproveitar esses feriados para tratar da sua vida pessoal e ir às compras, coisa que seguramente não conseguiria fazer durante a semana dado o ritmo de trabalho na sociedade moderna, andava a vender a sua consciência? -----

----- O pensamento que estava por trás desse texto era, quanto a si, um pensamento perigoso, totalitário e completamente contrário à ideia de liberdade trazida pelo 25 de Abril. Aliás, essa Moção só poderia ser entendida à luz de um facto: é que as adesões populares às manifestações organizadas eram como os resultados eleitorais do PCP, à medida que o tempo passava iam decrescendo. -----

----- Sobre as moções apresentadas pelo PS, começou por dizer que o PS utilizava desta vez o 25 de Abril para atacar a política económica do Governo, e vindo isso de quem deixou o País no estado em que deixou, se não fosse triste até dava para rir. Efectivamente o PS recorria à célebre expressão “Portugal estava de tanga”, mas de facto estava e o autor disso foi o PS. Aliás, podia dizer-se que era uma tanga tão pequena que nem os mais ousados desfiles da Moda Lisboa, recentemente realizados, ousaram igualar. -----

----- Quanto à Moção sobre a questão iraquiana, nomeadamente no tocante à legalidade internacional, disse que vindo do PS, que estava no Governo em 1999

quando houve uma acção militar no Kosovo com o envio de três caças F16 sem o aval das Nações Unidas, cabia perguntar onde estavam os Deputados Municipais do PS, que agora se mostravam muito preocupados com a legalidade internacional, quando essa acção ocorresse. -----

----- Relativamente à Moção sobre Cuba, da qual era subscritor, disse que os tristes factos que ocorreram estavam à vista de todos. O ditador Fidel de Castro voltara a perseguir, a prender e a condenar quem dele discordara. -----

----- A título de exemplo, referiu Marta Beatriz Roque, Presidente da Assembleia para a Promoção da Sociedade Civil em Cuba, com 20 anos de prisão; Raul Rivera Castanheda, poeta e Director da Agência Independente Cuba Press, 20 anos de prisão; Ricardo Gonzales Alfonso, Presidente da Sociedade de Jornalistas Independentes e Director da Revista de Cuba, 20 anos de prisão; Osvaldo Alfonso Valdez, líder do Partido Liberal Democrático de Cuba, 18 anos de prisão. -----

----- Esse comportamento deveria merecer um repúdio claro e inequívoco de todos os democratas e, por isso, o apelo que fazia a todas as bancadas era que votassem favoravelmente a Moção e que votassem também favoravelmente a condenação do comportamento do regime de Fidel de Castro. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, disse que apenas desejava chamar a atenção que apresentaram uma Moção/recomendação sobre os chamados sistemas inteligentes de transportes, que hoje constituíam um conjunto de tecnologias que poderiam contribuir decisivamente para a opção pelo transporte colectivo. -----

----- Eram já visíveis em muitas paragens de autocarro painéis de informação em tempo real e de espera para os autocarros, mas chamava a atenção de que esses painéis tinham uma lógica por operador, ou seja, cada operador estava a instalar o seu próprio painel, portanto podia correr-se o risco de num mesmo local onde parassem três operadores poderem ter três painéis sucessivamente, o que faria perder alguma da eficiência e poderia constituir uma barreira arquitectónica em determinados sítios. Além disso, tinham ainda associado o risco desses painéis serem equipamentos emissores de espectros electromagnéticos, o que poderia ter algum impacto para a saúde e por isso mesmo importava acautelar e reduzir ao mínimo. -----

----- E havia ainda uma premissa que nesta matéria poderia ter algum interesse, que era a existência de um gestor único de serviços prestados por diversos operadores. Isto é, haver um detentor dum sistema único que depois tinha vários operadores a ele ligados que prestavam os seus serviços por via dele. -----

----- Portanto, a Moção/recomendação era no sentido de uma participação activa do Município para, com o conjunto de operadores, vir a desenvolver a possibilidade desses painéis não terem uma lógica de operador mas sim de um sistema único de informação em tempo real dos transportes colectivos, para com isso se reduzir o número de painéis tornando mais eficiente toda a informação. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que passou mais um aniversário do 25 de Abril, altura em que foi restituída ao povo

português a possibilidade de se expressar livremente e de escolher, sem reservas, aqueles que o representavam a nível local e a nível nacional. -----

----- No entanto, não foi pacífica a assunção plena desse desiderato, já que muitos foram os que aproveitando-se da liberdade obtida procuraram desviar o caminho da democracia em favor de sistemas totalitários. -----

----- No entender do PPM houve dois momentos complementares no 25 de Abril igualmente decisivos: o 25 de Abril de 1975, data em que o povo português deixara bem claro, pelo voto, que estava farto de regimes totalitários e que também não queria enveredar por aventuras terceiro-mundistas; e o 25 de Novembro que parara a escalada de assalto ao poder por parte de forças totalitárias. -----

----- Hoje, portanto, podiam viver em democracia! Pena era que se mantivessem os limites materiais da Revisão Constitucional, resquícios do célebre pacto entre o MFA e os Partidos. Mas, mesmo assim, valeu a pena. -----

----- Depois, aludindo à Moção apresentada pelo PCP sobre o Iraque, disse que era com satisfação que lia no último parágrafo a referência a outros exércitos e impérios que ignoraram e torpedearam sobre o Direito Internacional e a legítima independência dos países e dos povos, porque entendia que isso teria a ver com certeza com a invasão da Polónia e da Checoslováquia pelo Exército Vermelho, para impor a democracia da bota e do canhão, atrasando, mas não impedindo, que esses povos tivessem acedido à verdadeira democracia. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por se referir à Moção que o Bloco apresentara, dizendo que a fizeram dentro da coerência que tinham vindo a assumir em Portugal e nos movimentos internacionais, não só em nome do Bloco de Esquerda mas de um conjunto vasto de organizações internacionais. -----

----- Aliás, chamava a atenção que a cidade do Rio de Janeiro considerara Bush *persona non grata* para entrar na cidade, assim como em Almada a Assembleia Municipal decidira, com os votos favoráveis do PS, do PCP e do BE, considerar também Bush *persona non grata*. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, do CDS-PP, fizera uma análise sobre a Moção apresentada pelo Bloco citando as linhas e os parágrafos, e teve alguma graça ao analisar essas linhas e esses parágrafos porque se esquecera de analisar as linhas e os parágrafos da sua própria Moção sobre Cuba. É que na Moção do Bloco pelo menos dizia-se que o sanguinário Saddam Hussein não deixara nenhuma saudade ao povo iraquiano, enquanto que na Moção do CDS-PP sobre Cuba, curiosamente, não constava uma única palavra sequer sobre o cerco americano ao povo de Cuba, que tem provocados atrocidades e mortes nesse país, que tem sabido resistir de cabeça erguida, independentemente do regime que tinha, mas já fariam sobre isso. -----

----- Quanto ao problema de quem era a favor de Saddam Hussein ou não, disse que o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves teria provavelmente alguns problemas de consciência, mas ele não tinha como o Bloco de Esquerda também não tinha porque nunca venderam armas ao Saddam Hussein, nem estavam num Governo em que o

Primeiro-Ministro, quando estava noutro Governo, vendera armas a Saddam Hussein para ajudar a atacar o Irão! Estiveram contra o ataque de Saddam Hussein ao Irão, estiveram do lado do Irão e contra os americanos nesse momento, conseqüentemente não faziam parte daqueles que venderam armas ao Saddam Hussein. Portanto, seria melhor que o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves olhasse para a sua consciência antes de falar e não atirasse pedras ao ar porque lhe podiam cair em cima dos seus próprios vidros. -----

----- Por conseguinte, reafirmava que o que estava a ser feito no Iraque era contra a legalidade internacional e não tinha o apoio da ONU ou de qualquer instituição internacional. Aliás, todos tinham visto enormes manifestações no Iraque. Ao contrário do que disse um Deputado do CDS-PP, na Assembleia da República, o que se tinha visto no Iraque não eram manifestações de regozijo a porem cravos na ponta das espingardas dos americanos. A grande maioria delas eram contra o sanguinário e assassino Saddam Hussein, e também, quase todas elas, eram contra a estadia dos americanos lá. -----

----- Por isso, seria bom que o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves tivesse dito que o povo iraquiano, em todos os sítios, se regozijava com a queda do ditador, mas também reclamava todos os dias que os americanos saíssem de lá para fora porque o Iraque pertencia aos iraquianos e não aos ingleses ou aos americanos. E não havia nenhuma lei internacional que desse poder à Inglaterra nem aos Estados Unidos para fazerem o que estavam a fazer actualmente: tentar impor governos, decidirem quem mandava ou quem não mandava, e quais as empresas do “amigo Bush” que agora iriam para lá depois de terem destruído aquilo. -----

----- O que acontecia era que estavam a tentar impor, com o apoio lamentável do Governo português, uma nova ordem internacional, em que já não havia ONU, em que já não havia nada e em que já não havia legalidade. A isso o Bloco dizia que estava contra, como estava contra que o dono do império, eleito tão democraticamente em que a maioria dos americanos curiosamente votou contra ele, quisesse pôr um novo império a mandar no mundo. -----

----- Sobre a Moção relativa a Cuba, disse que não tinham qualquer problema quanto a essa matéria, porque o Bloco de Esquerda tomara uma atitude precisa e clara na Assembleia da República, onde foi o primeiro Grupo Parlamentar a apresentar uma Moção. Estavam contra! Eram a favor de um socialismo de direitos e, por isso, também não estavam de acordo com a declaração que o PCP fez. Para não perderem autoridade sobre aquela direita que defendia estas novas leis internacionais e estas novas imposições, tinham que dizer que o socialismo teria que ser um socialismo de direito, de Estado de Direito, não havia outra hipótese! Não podia haver outro socialismo! Os que já foram experimentados e que não foram de Estado de Direito faliram e iriam continuar a falir porque não podiam assentar na riqueza da participação de todos os cérebros humanos que eram fundamentais. -----

----- Sabiam que também havia os americanos a cercar, sempre estiveram do lado de Cuba contra o cerco dos americanos. Isso era justo e era preciso que continuasse a sê-lo, mas era preciso dizer ao Governo de Cuba que para ganhar maior apoio

internacional, mais autoridade e maior solidariedade na luta contra os Estados Unidos da América, instalassem os direitos que eram necessários e fundamentais. E, nestes julgamentos, muito sinceramente não os encontraram! -----

----- Agora, não alinhavam com “aqueles senhores” que esqueciam que Cuba estava perante um cerco sério e terrível, mas de grande cabeça erguida, porque apesar de tudo e apesar dos erros, continuavam a dizer aos americanos “não nos vergarão”. E aí Cuba tinha o apoio do Bloco de Esquerda, naturalmente. -----

----- Rematou dizendo que não votariam a favor da Moção por causa dos subscritores se terem esquecido que existiam os Estados Unidos da América no mundo, onde queriam mandar pelo global. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, disse que, em nome do PSD, pretendia expressar o porquê da votação a favor, da parte deliberativa da Moção n.º 9, apresentada pelo PS, mas que só poderia ser entendida em simultâneo com o repúdio veemente e claro da sua parte de considerandos. -----

----- É que, através dos considerandos dessa mesma Moção, ficaram a saber que um facto que era gerador do maior regozijo para qualquer pessoa decente, poderia ser atingido através de uma actuação padecendo da maior ilegitimidade. Ou seja, para o PS, decência e legitimidade não andavam juntas mas sim separadas. E isso resultava, era bom que se visse, da legitimidade formal que durante os últimos meses que precederam a intervenção militar no Iraque, no fundo viciara o discurso político. Não deviam mistificar o papel da ONU na fase de pré-guerra no Iraque, porque o que se estava a tratar não era a questão da ONU mas sim o veto da Rússia e do Iraque, por sinal os dois países que maiores interesses tinham no petróleo iraquiano. Era uma questão de ver os contratos existentes ao nível dos poços de petróleo iraquianos para se ver que eram os dois regimes que andavam a par com o regime de Saddam Hussein. -----

----- E então porque era que o PSD estava a favor da parte deliberativa? Porque correspondia ao que o Governo português sempre disse: a ONU a intervir na reconstrução do Iraque. -----

----- Mas não tiveram dúvidas de valores, pois souberam distinguir, desde o início, o bem do mal, o certo do errado, porque para o PSD um ditador era sempre um ditador em qualquer parte do mundo. Portanto, nessa medida estiveram bem antes, continuavam bem agora, e, o que era melhor ainda, foram coerentes desde o início. ---

----- E, a esse propósito, interessava citar as recentes declarações, hoje reproduzidas nos jornais, de Tony Blair, que referia que era uma insensatez da parte do Presidente francês continuar com essa política divisionista com Washington, nomeadamente porque resultava de interesses particulares. Mas, mais do que tudo, aproveitaria também para citar um pensador, que muito admirava e muito gostava, um pensador de esquerda, portanto nessa medida esperava estar a conseguir tanger a imparcialidade, que era o António Barreto, que recentemente escrevera, sobre a intervenção no Iraque, que a Europa estava enganada, porque crescer em concorrência com os Estados Unidos era legítimo, mas crescer à custa dos Estados Unidos era ridículo. -----

----- Seria bom que tivessem consciência da diferença de valores! -----

----- Portanto, reafirmava que para o PSD violência, repressão e ditadura, nunca! Não violência, repressão e ditadura, talvez se fosse “em nome das nossas ideias”, como já hoje tiveram oportunidade de ver na Assembleia, acompanhado de palmas, quando umas palmas às vezes diziam mais da consciência cívica de uma pessoa que uma ida a um centro comercial num feriado. Seria bom que se notasse isso para que não houvesse dúvidas quanto ao rigor dos valores. -----

----- Sobre a Moção n.º 7, em que o PSD se iria abster na votação, disse que louvavam o intuito e a preocupação, mas tinham conhecimento que, a nível do Governo, existiam três projectos para a reestruturação do Metro, da Carris e da CP, que estavam em curso há vários meses, integrados e coordenados por um projecto de cúpula relativo à Autoridade Metropolitana de Transportes. Sabiam que a ideia da bilhética integrada e dos sistemas de informação integrados, estavam presentes em qualquer desses projectos uma vez que existia uma coordenação de cúpula. -----

----- Por outro lado, tinham conhecimento também que essa coordenação ficaria nas mãos da Autoridade Metropolitana de Transportes, que seria uma entidade de natureza inovadora no sistema português. -----

----- Daí que a abstenção fosse a única forma para expressarem duas ideias fundamentais: por um lado, porque tinham conhecimento e concordavam com o método através do qual o Governo vinha encarando essa questão com a ajuda de entidades externas que estavam muito habilitadas para ajudarem a encontrar as melhores soluções sobre o assunto, e, por outro, porque não tinham ainda a solução final para o problema e não gostariam de ficar vinculados hoje a uma decisão com a qual poderiam concordar mas também poderiam não concordar se desses estudos, através do método adequado, resultasse uma solução distinta para os mesmos fins. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, aludindo à Moção referente às alterações à sisa e à contribuição autárquica, por si subscrita, começou por anunciar que ia fazer-lhe uma pequena alteração, concretamente no ponto 2 dos considerandos, nos seguintes termos: -----

----- No início do ponto 2, onde se lia: “Considerando que esta decisão foi tomada, de forma arbitrária, ...” passava a ler-se: “Considerando que esta decisão foi tomada, precipitadamente, sem ter em conta as suas consequências imediatas, e também de forma arbitrária ...” seguindo-se o resto do parágrafo. -----

----- Isto porque, efectivamente, esta medida era mais uma trapalhada do actual Governo, que a tomara de forma precipitada sem ter em conta as consequências imediatas, embora, obviamente, o PCP defendesse que a baixa da taxa da sisa era positiva já que faria reanimar toda a actividade económica. Só que isso não poderia ser feito sem que, sensatamente, tivessem sido ouvidas as autarquias já que para elas tal traria consequências altamente gravosas, em particular para a Autarquia de Lisboa, desde logo porque a sisa era o maior imposto e foi o que mais cresceu no ano anterior. Portanto, no segundo semestre, naturalmente haveria uma queda, a exemplo, aliás, do que já houve no primeiro. -----

----- Por conseguinte, havia necessidade absoluta que a Administração Central compensasse as Câmaras Municipais, e isso ainda não estava garantido. -----

----- Mas, fundamentalmente, importava dizer que a forma como isso foi feito era timbre do actual Governo, um Governo autista que não ouvia as autarquias. Portanto, era necessário corrigir essa situação, cujos objectivos eram perfeitamente claros: minimizar os efeitos resultantes da política orçamental desastrosa seguida pelo Governo. -----

----- Em relação à contribuição autárquica, disse que esperavam que o Governo repensasse toda a situação, porque se era certo que havia necessidades de corrigir injustiças, isso não podia ser feito da forma que o Governo queria, porque o Governo queria aumentar aumentá-la de uma forma perfeitamente gigantesca, e isso iria ter como consequência inevitável a alteração das rendas. Aliás, já havia grupos económicos a fazerem pressão nesse sentido, o que, obviamente, prejudicaria as populações mais desfavorecidas. -----

----- No seu entender, o que o Governo não fez e deveria fazer, era aquilo que era mais difícil mas muito necessário: uma verdadeira reforma da tributação do património em que se fixasse um imposto único. Só que o Governo não teve nem tem coragem para isso, e tomava estas medidas avulsas. -----

----- Finalizou dizendo que esperavam que o Governo recuasse e que, pelo menos, não prejudicasse as autarquias. -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, no uso da palavra, disse que queria levantar várias questões, a primeira das quais tinha a ver com o polivalente de Santa Catarina, questão que preocupava não só os autarcas da sua freguesia como também as freguesias vizinhas e as colectividades da zona, já que estava em fase adiantada de execução mas as obras estavam paradas desde Fevereiro de 2002. -----

----- De facto, o Sr. Presidente da Câmara, há algum tempo atrás, chamara a si o processo, manifestara vontade que ele andasse para a frente, inclusive diligenciara para que representantes de dois Pelouros reunissem com a Junta de Freguesia na medida em que esse polivalente era construído em terreno da Junta e segundo projecto da autoria de um membro da Assembleia de Freguesia de Santa Catarina, e essa reunião foi efectivamente realizada mas só comparecera o Pelouro do Desporto que informara que já não tinha nada a ver com o assunto. -----

----- Por tudo isso, pedia ao Sr. Vereador Pedro Pinto – que sabia que tinha muitas responsabilidades na Câmara e muito que fazer – que descesse um pouco até Santa Catarina para que esse processo fosse para a frente, porque tudo o que foi feito estava já a degradar-se e toda a gente se questionava sobre o que estava a acontecer. Aliás, há alguns anos atrás desaparecera o polidesportivo de São Pedro de Alcântara, e as colectividades, tal como os estabelecimentos de ensino da zona, questionavam a Junta e Junta não sabia que responder. -----

----- Depois, no tocante ao trânsito, disse que continuavam a ter bastantes problemas, apesar de alguns esforços que foram feitos pela Câmara no sentido de criar lugares alternativos de estacionamento para as zonas do Bairro Alto e as adjacentes que ficaram fora da zona limitada. Os problemas eram bastante gravosos, nomeadamente na zona de Santa Catarina onde a insegurança era enorme. Aliás, tinha tido ocasião de

se deslocar ao Bairro de Santa Catarina, juntamente com a Chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, onde ela pode verificar *in loco* quão caótica era a situação que ali se vivia, quer porque havia falta da recolha de lixo, quer porque as ambulâncias não conseguiam entrar, apesar da Junta contactar a PSP da zona para actuar porque havia pessoas que se davam ao luxo de estacionarem os carros no meio das ruas em pleno dia e nem sequer os tirarem de lá. -----

----- Portanto, desde já manifestava a disponibilidade da Junta para, em conjunto com a Câmara, continuarem à procura de lugares alternativos de estacionamento que permitissem, criando-se essa bolsa, que se fizesse o condicionamento do trânsito no resto do Bairro Alto e na zona de Santa Catarina. -----

----- Relativamente ao silo-auto da Calçada do Combro, disse que ele estava a começar a ser construído porque houve grande empenhamento da Junta Freguesia de Santa Catarina, em mandatos anteriores, para que fosse expropriado um terreno que tinha ficado devoluto devido à ruína de um edifício onde anteriormente esteve sediado o MRPP, que era propriedade do Sr. Jorge de Brito, para ali ser construído um silo-auto. Essa expropriação ocorrera num dos mandatos anteriores, simplesmente aconteceram alguns problemas com os tribunais porque o Sr. Jorge de Brito tinha uma questão com um banco e o processo foi-se atrasando, mas a Junta esteve sempre em cima do acontecimento. -----

----- No entanto, já no actual mandato foi possível ultrapassar-se o problema e a Câmara ia construir o silo-auto. Só que, depois de tanto terem diligenciado para isso, não tinham informação nenhuma na Junta e desejavam tê-la para também poderem informar a população, já que todos os dias apareciam pessoas a perguntar como fazer para a aquisição de lugares ou qual era o projecto, e a Junta nada informava porque também ela não sabia absolutamente nada. -----

----- Portanto, a única coisa que pediam era algum envolvimento na questão, até porque a Junta poderia fornecer mais alguns dados depois da boa experiência de colaboração que teve com a EMEL na troca de cartões durante uma semana. A própria EMEL lhes manifestara que tinha sido óptimo ter estado na Freguesia de Santa Catarina, a Junta, por sua vez, pusera também à disposição da EMEL as suas instalações, que eram óptimas, para tratar dos assuntos da freguesia e também das freguesias vizinhas, visto que isso era mais fácil para as pessoas, e, portanto, neste caso do silo-auto gostariam de estar também envolvidos e ter informação para saberem o que se estava a passar e darem contributos para tal. -----

----- Seguidamente, disse que desejava reforçar, mais uma vez, a preocupação que tinham pelo facto do protocolo para pequenas reparações em habitações particulares não ter sido ainda renovado, porque pequenas intervenções poderiam ser feitas e muitas pessoas, nomeadamente mais idosas e de mais fracos recursos, poderiam ver solucionados pequenos problemas que às vezes aconteciam, como, por exemplo, reparação de canalizações de casas de banho que entretanto vizinhos de andares de cima fizeram, e mal, que não se compadeciam com o tempo de espera relativamente a intervenções globais em edifícios. -----

----- No caso concreto de Santa Catarina, disse que as pequenas intervenções sempre foram feitas em colaboração com o Gabinete Técnico do Bairro Alto, porque a Junta sugeria sempre que o Gabinete lhe desse indicações quanto à forma de operar e também muitas vezes ajudavam a analisar os orçamentos apresentados à Junta. -----

----- Por conseguinte, era urgente que esse protocolo fosse renovado porque a população precisava absolutamente disso, tanto mais que nas zonas antigas os senhorios também eram muitas vezes pessoas de poucos recursos e as rendas que recebiam não lhes permitiam fazer obras nas casas. -----

----- Prosseguindo, disse que desejava regozijar-se pelo facto de terem sido anunciadas, pela Vereadora do Pelouro da Reabilitação Urbana, novas metodologias de intervenção, nomeadamente ao nível da intervenção por ruas, por quarteirões, porquanto esse foi sempre um anseio dos autarcas, quer da Freguesia de Santa Catarina, quer da Freguesia da Encarnação, esse meio de actuação. Portanto, gostariam que isso fosse iniciado o mais brevemente possível, assim como os tais ETD's sem projectos, porque nessas zonas muitas das recuperações de edifícios não necessitavam de projectos. Bastava recuperar aquilo que estava mal. -----

----- Rematou referindo que tinha mais coisas para dizer, nomeadamente quanto à falta de segurança nalgumas zonas da freguesia, mas, por uma questão de tempo, ficava-se por aqui. -----

----- **O Deputado Municipal José Teixeira Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, aludindo ao que foi referido pelo Deputado Municipal Ricardo Chaves, disse que a Moção apresentada pelo PEV não era incompatível com a criação da Autoridade Metropolitana de Transportes. Inclusivamente entendiam que essa Autoridade, quando existisse, deveria absorver esses painéis de informação. -----

----- O que pretendiam era evitar o desperdício relativo a projectos que estavam em curso, e também poder antecipar um pouco de trabalho que a Câmara viesse a fazer na sequência desta Moção, ficando depois esse trabalho com a Autoridade Metropolitana a ser criada. -----

----- Em relação às restantes moções, disse que o PEV as iria votar favoravelmente, com excepção da Moção n.º 2, porquanto eram defensores da liberdade de expressão e da liberdade de associação, tanto em Cuba como no resto do mundo. Consideravam, no entanto, que o problema de Cuba não poderia ser desligado de um outro problema que dizia respeito ao embargo que os Estados Unidos, ano após ano, teimavam, injustamente, em impor apenas porque Cuba não tinha a mesma visão do mundo que as administrações americanas. Esse embargo, que condicionava fortemente aspectos essenciais da vida do povo cubano, nomeadamente o seu acesso à saúde e a outros direitos elementares, tinha ainda a curiosa particularidade de prever penalizações para todos os cidadãos do mundo, não só norte-americanos, que estabelecessem relações comerciais com Cuba. E essa era uma matéria muito grave porque podia afectar também cidadãos portugueses que eventualmente se aventurassem a estabelecer relações comerciais com Cuba. -----

----- Portanto, eram a favor da liberdade de expressão e de associação, mas também eram a favor que em cada Estado fosse o respectivo povo a decidir do seu destino,

sem imposições e sem embargos decididos, unilateralmente, por países terceiros sem uma decisão das Nações Unidas ou sem o reconhecimento dessa Organização. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Sarmiento (PSD)**, no uso da palavra, disse que o PSD ia votar contra a Moção n.º 5, apesar dela, no ponto 4, lhes ter agradado bastante, já que, afinal, parecia que sempre havia dificuldades financeiras na Câmara. Afinal, o PCP já reconhecia, ao fim de um ano, que havia dificuldades financeiras na Câmara! Diria mesmo que já só faltava o PS! -----

----- Aliás, pensava que a Moção seria alterado no seu ponto 5, visto que o Governo já dera total garantia que se houvesse quebra de receitas para as autarquias elas seriam compensadas. -----

----- Mas a Moção referia duas coisas notáveis! Por um lado, começava por dizer que esta reforma da tributação consistia num grave problema orçamental do País, o que não deixava de ser notável! O problema do défice combatia-se baixando receitas! Isso, no mínimo, era criativo! Por outro lado, dizia que as autarquias iam ter menos receitas mas os impostos iam subir, ou seja, era uma espécie de sol na eira e chuva no nabal, mas ao contrário! -----

----- Sobre a questão da reforma da tributação do património, disse que gostaria de citar alguns fiscalistas, bem conhecidos, que nada tinham a ver com o PSD, que vieram a público afirmar que concordavam com esta reforma: o Dr. Saldanha Sanches, que era o exemplo típico de uma pessoa que nada tinha a ver com o PSD, mostrara-se favorável, e os Drs. Medina Carreira e Ricardo Sá Fernandes, autores de duas propostas do anterior Governo do Partido Socialista, sobre a reforma da tributação do património, também estavam a favor. -----

----- Portanto, esta era uma reforma que no meio académico da área fiscal gerara um forte consenso, mas o Deputado Municipal Feliciano David dizia que era uma má reforma. -----

----- A terminar, disse que achara curiosa a referência à Lei do Arrendamento, porque, pelos vistos, para o Deputado Municipal Feliciano David era uma coisa ótima que importava manter. Por exemplo, casas arrendadas na Av. de Roma por 5 contos/mês, ocupadas por uma pessoa obrigando os jovens de Lisboa a terem que ir morar para fora da cidade, era uma coisa ótima! Tal como a Lei do Contrato de Trabalho, duas leis que vinham do tempo do Estado Novo e que agora, que tanto se falava no 25 de Abril, o PCP tão veementemente defendia. Isso não deixava de gerar curiosidade e estupefacção, porque, de facto, havia hoje em dia uma grande confusão na área ideológica do PCP. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para um protesto, disse que para responder ao orador anterior demoraria muito tempo e o PCP já não tinha tempo para isso. No entanto, tinha que lhe dizer que fizera um conjunto de confusões. -----

----- Em primeiro lugar, o PCP não estava contra a descida da sisa como também não estava contra uma reforma na contribuição autárquica, até porque, como referira, havia grandes injustiças nessa matéria. -----

----- Em segundo lugar, também não tinha dito que as autarquias iriam ser prejudicadas em 2003, até porque parecia haver um acordo e a Sra. Ministra referira que em 2005 as compensava. Mas, na realidade, ela dizia que os impostos iriam subir porque o imposto autárquico iria subir de forma desenfreada. -----

----- Portanto, estavam contra que não houvesse um diálogo, uma consensualização sobre essas questões com as autarquias. Não estavam contra que se fizesse uma alteração da Lei das Rendas, mas ela teria que ser feita de uma forma equitativa, os impostos teriam que ser equitativos e transparentes. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, começou por aludir às intervenções dos Deputados Municipais Rodrigo Gonçalves, do CDS-PP, e Ricardo Chaves, do PSD, dizendo que se sentia honrada pelas várias referências feitas à Moção que apresentara, era sinal que mexia porque senão não seria assim referida. -----

----- Sobre o que foi referido pelo Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, disse que mais cego era aquele que não queria ver, porque, efectivamente, mais conforto e mais dinheiro como o aludido Deputado Municipal defendera também entendia que sim, que era necessário. Mas como? Através de melhores salários, ou seja, de salários mais justos que aqueles que hoje se praticavam no País, e mais tempo livre, isto é, a redução do horário de trabalho pela qual o PCP pugnava há muito tempo. -----

----- E, nessa linha, defendiam e saudavam os 29 anos do 25 de Abril e os 117 anos do 1º de Maio e daquilo que essas duas datas representavam para todos. -----

----- Disse, depois, que face ao cenário político e social que viviam, tinham que dizer que havia um claro retrocesso social, portanto que havia fortes razões para todos os protestos no 1º de Maio pois eram múltiplas as injustiças com que se defrontava o povo português, e de um modo particular os trabalhadores. De facto, havia uma economia paralisada e um esvaziamento de democracia política e social, como podiam observar, porque aquilo a que se assistia era a visão contabilística dos interesses do País. Bastava reparar no facilismo com que se assistia ao encerramento e às deslocalizações das empresas, por parte dos responsáveis políticos do Governo. Aliás, na Moção apresentada pelo PS referia-se que havia vida para além do orçamento, e, efectivamente, era de sublinhar que havia vida para além do orçamento. -----

----- Por outro lado, havia uma responsabilização contínua e permanente dos trabalhadores. Parecia que tudo acontecia por culpa dos trabalhadores, o que não era verdade! -----

----- Mas importava dizer que não estavam condenados no País, porque, de facto, era possível uma política diferente, incentivando as políticas sociais, ou seja, da educação da saúde, da segurança social e da política fiscal. -----

----- Em suma, teriam que recolocar a pessoa no centro das opções políticas e não como queriam fazer com o chamado Código do Trabalho, que visava quebrar as relações colectivas de trabalho e atacar, de uma forma directa, a contratação colectiva e pugnar pela individualidade. Tinham direito e queriam dizer não ao individualismo exacerbado que lhes queriam impor, e não o aceitariam nunca. -----

----- Por isso, a Assembleia Municipal decidia, tal como estava na Moção: -----

----- “Manifestar o seu apoio às manifestações populares e demais actos comemorativos do 25 de Abril e do 1º de Maio e apelar à população de Lisboa para que, uma vez mais, a elas se associe; -----

----- Exigir ao Governo e ao Executivo da CML que se demarquem das atitudes de todos aqueles que visem reduzir a importância e a abrangência do significado destas duas datas e que façam cumprir a legislação que rege a abertura e o encerramento das grandes superfícies comerciais, bem como a laboração das empresas, garantindo assim o direito feriado que cabe aos trabalhadores; -----

----- Repudiar todas as tentativas de sinal contrário que possam surgir” -----

----- Por último, disse que o Grupo Municipal do PCP votaria as moções apresentadas no seguinte sentido: -----

----- A favor da Moção n.º 4, do Bloco de Esquerda, relativa ao Iraque, como também a favor da Moção n.º 9, sobre o mesmo tema, apresentada pelo PS; votariam igualmente a favor da Moção n.º 7, apresentada pelo PEV, sobre os painéis publicitários, e também da Moção n.º 8, apresentada pelo PS, sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio; e, por fim, relativamente à Moção n.º 2, apresentada pelo CDS-PP, sobre Cuba, votariam contra. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por salientar o facto de estar a ser possível um interessantíssimo debate ideológico na Assembleia Municipal, o que era bom e de saudar porque ao contrário de outros que tinham medo e fugiam dessa situação, no Partido Socialista entendiam que era exactamente isso que a Assembleia necessitava, ou seja, que fosse um verdadeiro fórum de debate de ideias. -----

----- E, a propósito de debate de ideias, desejava dizer desde já ao PCP – embora o tivessem feito previamente – que não se reviam na declaração que ali tinha lido sobre Cuba. E não se reviam porque, manifestamente, para o PS a democracia era democracia em todos os pontos do globo, sem excepção. -----

----- Mas isso que se aplicava em relação a Cuba também se aplicava em Portugal, nomeadamente em termos de uma matéria que estavam a tratar hoje, a justiça. Aliás, aproveitando esse facto, desde já desejava dizer que votariam favoravelmente a Moção sobre Cuba, apresentada pelo CDS-PP, mas com uma nota que gostava de realçar: é que entendiam que era justo que se dissesse que aquilo que aconteceu em Cuba era um atentado, era um crime, mas também era justo que se dissesse que ninguém em lugar nenhum do globo e em circunstância alguma, inclusivamente em Portugal, estava acima da justiça e poderia eximir-se a prestar os depoimentos necessários no devido lugar, ou seja, nos tribunais. Isso aplicava-se a toda a gente e, no entender do PS, sem qualquer excepção. -----

----- Mas ainda em relação à Moção do PP, que iriam votar favoravelmente, pretendia dizer que havia ali alguma conexão que gostavam de extrair daquilo que o PP tinha vindo a relacionar, em termos da sua política nacional, com o 25 de Abril e o Iraque. Era uma coisa estranha, absurda e perfeitamente anormal que não conseguiam entender, nem conseguiam perceber, porque, como alguém dizia, recentemente, a imagem do 25 de Abril era a imagem de uma criança a dar um cravo a um militar de

Abril que colocava esse cravo na sua arma, na sua G3, enquanto que a imagem que iria marcar o Iraque seria, infelizmente, uma criança sem braços, braços esses que lhe foram retirados por aqueles que iam, pretensamente, dar a liberdade aquele povo! Essa é que era a imagem! Querer comparar isso era uma coisa completamente absurda, inaceitável, e o responsável do PP que fizera esse comentário era um responsável muito pouco responsável. -----

----- Por conseguinte, não ficaria bem consigo próprio se não dissesse isso agora, porque, manifestamente, essa era uma posição absolutamente ridícula e absurda. -----

----- A terminar, disse que a Moção que apresentaram sobre o Iraque apenas retratava aquilo que era mais importante, e aquilo que para o PS era mais importante era a ilegitimidade dessa guerra. Aliás, gostavam de ouvir ali os defensores dessa guerra dizerem o porquê da evolução dos Estados Unidos a propósito da justificação da guerra. Se recordassem quais foram as causas para a guerra, constatariam que acabaram essas causas, elas não foram apresentadas ao mundo, deixaram de ser necessárias e não entendiam porquê! Mas toda a gente percebera, até pela resposta que o regime dera, que o regime não era aquela ameaça que se dizia para o mundo. Mas atenção! O PS estava, está e estaria sempre contra aquele ditador e contra todos os ditadores estivessem eles onde estivessem. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, aludindo às duas moções sobre o 25 de Abril, uma apresentada pelo PCP e outra pelo PS, disse que se tratava de duas moções com as quais o PSD discordava em absoluto da parte deliberativa, porque era tempo de não se utilizarem datas que deveriam ser de consenso do regime democrático que todos podiam viver, para as partidizar ou politizar num certo sentido. -----

----- É que, de facto, querer criar feriados de primeira ou feriados de segunda, era, no entender do PSD, uma aberração. Efectivamente, esse tipo de tentativa para impor certos tipos de soluções, que não tinham a adesão da população, resultava em muito pouco. -----

----- E querer aproveitar o 25 de Abril para criticar a política económica do Governo, tendo o PS grande responsabilidade na matéria, também lhes parecia errado. -----

----- No entanto, em homenagem a um princípio consensual em termos de regime, o PSD inclinava-se para a abstenção com a discordância, naturalmente, na parte deliberativa. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Campos (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, no uso da palavra, disse que lastimava tudo aquilo que vinha aparecendo na comunicação social sobre as entradas no Castelo de São Jorge. De facto, lamentava que os moradores da sua freguesia, como doutras circundantes do Castelo, nomeadamente pessoas idosas, ficassem coarctadas de utilizar um espaço que sempre foi delas, pois se o quisessem utilizar teriam que pagar 3 euros. Isso era francamente mau, sobretudo para pessoas com poucos recursos económicos e para os idosos, e certamente não seria uma boa gestão da Câmara porque não era a ganhar dinheiro desta maneira que se recuperaria mais e melhor o espaço do Castelo de São Jorge. ----

----- Era verdade que o Presidente da Câmara tinha dito ao Presidente da Junta de Freguesia do Castelo que os residentes na sua freguesia não pagariam, mas então cabia perguntar porque não também os moradores que estavam em volta! Já não seriam moradores da encosta do Castelo? -----

----- Disse, depois, que como Presidente da Junta de Freguesia de Santiago fazia parte do Conselho Consultivo do Castelo, da ex-EBAHL, hoje EGEAC, e desejava saber se esse Conselho tinha acabado, porque se tinha acabado a Câmara deveria ter a dignidade de o dizer, porque, se não acabara, teriam que fazer uma reunião para discutir essa matéria com honestidade. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, novamente no uso da palavra, disse que desejava que o Deputado Municipal Pedro Portugal esclarecesse o que significavam feriados de primeira e de segunda, porque na mente do PCP isso não existia, eram todos feriados. Mas também era óbvio que lhes cabia pugnar, recordar e manifestar a preocupação que tinham relativamente a uma maior participação nesses feriados, e desde já convidava o Deputado Municipal Pedro Portugal e todos aqueles que com ele quisessem participar nessas manifestações, que não eram partidárias mas sim de todos os trabalhadores e de todos aqueles que se reviam nessas datas históricas de liberdade, de democracia e de direito ao trabalho. -----

----- Disse, depois, que só fazia sentido ela fazer estas declarações agora, na Assembleia Municipal, porque ainda no ano passado aconteceu que houve empresas, na zona de Santarém, que colocaram os trabalhadores perante o facto de optarem pelo feriado do dia de Páscoa ou pelo feriado do Dia do Trabalhador, o 1º de Maio. Ora, isso era colocar uma questão que nunca existira em Portugal, ou seja, católicos para ou lado, não católicos para o outro! Pessoalmente, como católica, queria o dia de Páscoa, mas também queria o Dia do Trabalhador! -----

----- Portanto, estas questões colocavam-se hoje e era por isso que tinham que reafirmar o valor desses dias. De resto, para si os feriados eram todos iguais, não havia de primeira nem de segunda. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para responder à questão que lhe foi colocada, disse que o convite era de todos, tanto era do PCP, como do PSD como era dos demais. Portanto, todos participariam no 1º de Maio na medida das posições de cada um. Mas quando falara dos feriados de primeira e de segunda fê-lo porque, na realidade, não viu declarações semelhantes, por parte do PCP, em relação a outro tipo de feriados como o 10 de Junho ou o 1º de dezembro, por exemplo. Fazer esta declaração em relação a uns e não fazer em relação aos outros era, efectivamente, uma incoerência e por isso mesmo classificara uns de primeira e outros de segunda. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, recordando, entretanto, que a **Moção n.º 1** tinha sido retirada para posterior apreciação, porque o PS aguardava informações da Câmara Municipal sobre a matéria nela versada, e quanto às restantes a Assembleia tomou as seguintes deliberações: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 2**, subscrita pelo Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, do CDS-PP, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PPM, votos contra do PCP, e a abstenção do PEV e do BE. -----

----- A **Moção n.º 3**, subscrita pela Deputada Municipal Susana Silvestre, do PCP, foi retirada deste período para ser votada no ponto 3 da Ordem de Trabalhos porque dizia respeito à matéria agendada nesse ponto. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 4**, subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE, com votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, votos favoráveis do PCP, PEV e BE, e a abstenção do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, com a alteração introduzida pelo subscritor ao ponto 2 dos considerandos que ficou com a seguinte redacção final: “2 - Considerando que esta decisão foi tomada, **precipitadamente, sem ter em conta as consequências e também** de forma arbitrária, sem que as autarquias tivessem sido previamente ouvidas, facto que revela um claro desprezo pelos municípios e seus representantes e configura um ataque ao poder local.” -----

----- (A *bold* a alteração introduzida) -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 6**, subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP, com votos favoráveis PCP, PS, PEV e BE, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 7**, subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Manso Pinheiro, do PEV, com votos favoráveis do PCP, PS, CDS-PP, PEV e BE, e a abstenção do PSD e PPM. -----

----- Na **Moção n.º 8**, subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS, os cinco parágrafos da parte deliberativa foram votados separadamente, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o 1º parágrafo, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, PPM e BE, e a abstenção do PSD e CDS-PP; -----

----- Aprovar o 2º parágrafo, por unanimidade; -----

----- Aprovar o 3º parágrafo, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e a abstenção do PSD, CDS-PP e PPM; -----

----- Aprovar o 4º parágrafo, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM; -----

----- Aprovar o 5º parágrafo, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, PPM e BE, votos contra do CDS-PP, e abstenção PSD; -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 9**, subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS, com votos favoráveis do PSD, PCP, PS, PEV e BE, e a abstenção do CDS-PP, PPM e 4 Deputados Municipais do PSD. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 10**, subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista, do PCP, com votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, votos favoráveis do PCP, PEV e BE, e a abstenção do PS. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Quero, em nome do CDS-PP, fazer uma declaração de voto em relação às duas moções sobre o 25 de Abril, aqui votadas, para dizer que nós, discordando dos considerandos, não podemos também deixar passar em claro aquilo que aqui aconteceu. -----

----- Em relação à Moção do PS, não pudemos votar uma Moção que utiliza o 25 de Abril para condenar e atacar a política económica do Governo, e em relação à Moção do PCP referir aquilo que eu já referi na minha intervenção durante o período de Antes da Ordem do Dia, de que ninguém nesta Sala tem legitimidade ou autoridade para acusar quem quer que seja de andar a vender a sua consciência cívica, política ou moral, por em vez de ir às manifestações do 25 de Abril ou do 1º de Maio querer ir trabalhar.” -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Quero referir-me à Moção n.º 8, na parte em que diz apelar ao Governo e que se recorde o Governo de que há vida para além do orçamento, para dizer que, na nossa opinião, o Governo está condicionado pela União Europeia na sua política orçamental. Portanto, o Governo, ao conter o défice orçamental, não estava a fazer mais do que cumprir as regras determinadas pela União Europeia. -----

----- Por isso, parece-me descabido criticar o Governo por esse facto. O que podemos criticar é a União Europeia por impor decisões para diversos países que eram todos diferentes entre si e que tinham que ter políticas económicas próprias. -----

----- Nós concordamos perfeitamente que há vida para além do orçamento, mas o Governo está condicionado às regras da União Europeia, porque se não as respeitar Portugal terá uma multa de milhões de euros, e essa multa só ainda não foi aplicada porque a Alemanha também não cumpre esse requisito.” -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Cada Grupo Municipal é livre de optar em relação à votação das moções, mas nós queríamos dizer, em relação à Moção do CDS-PP, que votámos contra porque consideramos que é uma Moção que atenta contra as liberdades, contra a democracia e contra a realidade que se passa hoje em Cuba. -----

----- De qualquer forma, queremos dizer que a nossa declaração foi clara e apresentamo-la na Mesa com o objectivo de ser dado conhecimento da mesma. Porque nós condenamos, como dizemos, qualquer sentido da pena de morte, somos contra a pena de morte em qualquer parte do mundo. Que isso fique claro em relação à posição do PCP.” -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, referindo-se ao que foi dito pelo Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, disse que o que se referia na Moção por si subscrita sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio, era tão simples quanto os trabalhadores quererem estar disponíveis para participarem nas manifestações dessas duas datas. O que eles não aceitavam era que fosse imposta pelos patrões a

obrigatoriedade de trabalhar nesses dias! Porque, de facto, aquilo que as entidades patronais queriam, muitas vezes, era que os trabalhadores ficassem à sua mercê 24 horas por dia, todos os dias do ano. Isso o PCP não aceitava, não abdicava que os trabalhadores fossem livres de fazerem aquilo que entendessem! -----

----- Portanto, não era ficarem a trabalhar obrigatoriamente, ou então serem psicologicamente violentados como acontecia muitas vezes, mesmo nos dias de hoje.--

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as votações e as declarações de voto, deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 111/2003;** -----

----- **Ponto 3 - Apreciação do Relatório da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto sobre a cessação de funções de nove técnicos da Divisão de Apoio Juvenil da Câmara Municipal de Lisboa;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 128/2003.** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 541/2002;** -----

----- **Ponto 6 – Apreciação do Relatório da Comissão Permanente de Urbanismo sobre a Mobilidade em Lisboa;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta 124/2003;**-----

----- **Ponto 8 - Proposta 165/2003;** -----

----- **Ponto 9 – Proposta 178/2003;** -----

----- Foi distribuído um aditamento com as seguintes propostas: -----

----- **Ponto 10 – Tomada de posse dos novos membros do Conselho Municipal de Segurança.** -----

----- **Ponto 11 – Proposta 183/2003;** -----

----- **Ponto 12 – Proposta 185/2003;** -----

----- **Ponto 13 – Proposta 213/2003;** -----

----- **Ponto 14 - Proposta 217/2003;**-----

----- **Ponto 15 - Proposta 218/2003;** -----

----- **Ponto 16 – Proposta 219/2003.** -----

----- Foi distribuído um segundo aditamento com o seguinte ponto. -----

----- **Ponto 17 - Tomada de Posse do Presidente da Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil da Assembleia Municipal de Lisboa, Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira como membro do Conselho Municipal de Segurança.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA C.M.L. ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que quanto à informação escrita relativa ao último trimestre, que foi com a exaustão possível distribuída aos Deputados Municipais, desejava começar por sublinhar os pontos que lhe pareciam ser os principais em termos do trabalho desenvolvido pelo Município e os factos ocorridos no concelho durante esse período de tempo. -----

----- Em primeiro lugar, chamava a atenção para o desenvolvimento dos trabalhos de revisão do Plano Director Municipal, com o compromisso assumido da apresentação dos trabalhos da Comissão Executiva da Revisão do PDM e da Comissão de Especialistas, que entretanto também já reunira, até ao final do próximo mês de Outubro. Era um trabalho que, como era sabido, estava a ser acompanhado pelo então Vice-Presidente da Câmara, actual Ministro das Obras Públicas, a quem saudava nesta sua primeira intervenção na Assembleia depois de ele ter cessado essas funções, e cujo acompanhamento passaria a assegurar de forma mais directa, dentro da nova organização de distribuição de pelouros, a que procedera depois dessa chamada ao Governo do Sr. Prof. Carmona Rodrigues. -----

----- Considerava importante, e desejava sublinhá-lo, a designação, para essas comissões, de representantes das forças políticas da oposição ao Executivo camarário, porque, independentemente das práticas que tivessem sido seguidas no passado, ou não, considerava indispensável, como tentara fazer no seu mandato autárquico anterior, na Figueira da Foz, que em matéria tão importante, que diria em matéria de regime autárquico, que existisse um consenso tão alargado quanto possível. Portanto, considerava indispensável que todas as forças políticas pudessem participar e se pudessem rever, tanto quanto possível, naquelas que vierem a ser as opções finais em matéria de estrutura fundamental do ordenamento do território. -----

----- Por isso mesmo, independentemente do facto de na Comissão de Especialistas, ou mesmo na Executiva, estarem já presentes pessoas que pudessem ser, ideológica ou partidariamente, mais ligadas às forças políticas da oposição, parecia-lhe que deviam estar pessoas que representassem, especialistas ou não como entendessem, essas mesmas forças políticas, porque era um trabalho que se queria que andasse tão depressa quanto possível, mas tão bem quanto possível e de forma tão participada quanto possível também. -----

----- Continuando, disse que desejava chamar a atenção para o desenvolvimento de alguns pontos fundamentais do programa que assumiram perante os lisboetas, tendo começado por aludir ao desenvolvimento do trabalho na área da reabilitação, nomeadamente aquilo que se estava a passar com a execução, ou o retomar de obras e empreitadas que estavam suspensas, por razões diversas, na zona dos bairros históricos, nomeadamente em Alfama, no Castelo, onde vicissitudes que foram

tornadas públicas o levaram a substituir o Director do Gabinete do Bairro Histórico do Castelo, mas também no Bairro Alto e noutras zonas sujeitas a esse regime. -----

----- Mas mesmo fora das zonas abrangidas por esse regime, era de salientar o início de obras em prédios na Rua da Madalena, bem como noutras zonas da Baixa de Lisboa e noutras zonas, mesmo não históricas, que atestavam e testemunhavam aquilo que era um facto que lhe aprazia salientar: o esforço da parte de muitos proprietários em cumprirem o que estava previsto na lei, ou seja, serem obrigados a repintarem e a tratarem dos seus edifícios em prazo certo, de 8 em 8 anos, e numa iniciativa que parecia cada vez estar a generalizar-se mais, o que leva a que pela Cidade de Lisboa fossem visíveis cada vez mais tapumes, andaimes e até algumas coberturas a que alguns órgãos de comunicação social aludiram, neste fim-de-semana, em matéria de publicidade e a que faria referência um pouco adiante. -----

----- Por outro lado, para além desse ponto da reabilitação, desejava também chamar a atenção para os trabalhos de intervenção na área dos chamados bairros sociais, ou bairros municipais, principalmente nos espaços públicos. Isso estava a acontecer na zona dos Lóios, Zona J, estava a acontecer também no Bairro da Boavista, estava a acontecer com a requalificação da chamada Praça da Farmácia, na zona dos Lóios, a Praça Raul Lino, que teve um problema na instalação eléctrica e nos cabos eléctricos, que já estava resolvido, e esperavam que a obra nessa praça estivesse pronta dentro de cerca de três semanas, porque atrasara em três semanas a um mês. -----

----- Ainda esta semana seriam inauguradas instalações que estavam fechadas há algum tempo, em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia, nessa zona dos Lóios, previstas como centro-de-dia para a terceira-dade, e estavam neste momento já protocoladas e asseguradas, nomeadamente em termos de equipamentos com a Santa Casa da Misericórdia. -----

----- Mas desejava sublinhar o que eram esses dois eixos fundamentais: a necessidade da reabilitação, e apresentaram uma proposta em reunião de Câmara, recentemente, para grandes empreitadas, em relação à qual procurariam ter também as devidas cautelas, grandes empreitadas que permitissem fazer face à realidade da intervenção de obra em bairros de malha urbana muito estreita, que muitas empresas se recusavam por ter dificuldade em montar estaleiro, em fazer circular as mercadorias, em fazer circular os meios de transporte, porque, de facto, eram zonas com características muito específicas, e só essa desadequação das empreitadas é que justificava que elas se tivessem atrasado 5, 6, 7 anos, ou mesmo 10, quando todos compreendiam, reconheciam e aceitavam que era vontade dos antigos Vereadores, Presidentes de Junta e do anterior Presidente de Câmara, que elas tivessem andado mais depressa e não tivessem tido o ritmo que tiveram. -----

----- E, se o tiveram foi porque de facto constataram essa profunda desadequação e por isso a Vereadora Eduarda Napoleão fez a apresentação, na última reunião de Câmara, depois de muito trabalhada, de uma proposta que pensava que poderia ser importante para fazerem face, de modo mais contínuo e sistematizado, juridicamente fundamentado mas também capaz de ter sustentação, na prática, em relação a esses trabalhos de reabilitação. -----

----- Sobre os bairros municipais, disse que gostava de reafirmar a disposição do Município em proceder à alienação da generalidade dos fogos. Estavam já a fazê-lo no Bairro do Calhau, em relação ao qual havia um problema pendente há anos no Departamento de Património com a avaliação dos logradouros das casas desse mesmo bairro. Eram compromissos que assumiram antes das eleições, que queriam levar à prática, e neste momento já estava em execução, embora surgissem problemas como esse, o da avaliação dos logradouros ou de outros que tinham a ver com o registo de muitos desses fogos municipais, situação que estavam também a tentar ultrapassar para colocar esses fogos perante essa disponibilidade de alienação. -----

----- De qualquer modo, pretendia sublinhar que cada vez mais estavam convictos de que a responsabilidade da gestão dos condomínios desses bairros municipais tinha que ser dos próprios. Os melhores casos de gestão desse parque edificado eram os exemplos das cooperativas de habitação, porque ao lado de edifícios municipais, que diria mal geridos, estavam bem geridos outros sob a responsabilidade desse esforço cooperativo. Mas era impensável, com GEBALIS ou sem GEBALIS, com o Departamento de Habitação ou sem ele, continuar a ser a Câmara ou empresas de capitais públicos a acorrerem a reparações de avarias de elevadores, ou de avarias de instalação eléctrica, ou degradação da pintura, porque não era essa a vocação manifestamente dos poderes públicos, e fazia mais sentido que se instituíssem sistemas de gestão autónomos, próprios dos moradores, responsabilizando-se por esse mesmo espaço, com um esforço de participação porventura até das estruturas do movimento cooperativo. -----

----- Aliás, como já tivera ocasião de referir, convidara a FENACHE a fazer essas experiências piloto de gestão de alguns bairros sociais, foram-lhe já propostos alguns, portanto era sentido em que teriam que caminhar profundamente. -----

----- Mas salientava esse início e concretização de trabalhos, principalmente em espaços públicos, e a tentativa de repintar prédios cuja tonalidade cromática, como já teve ocasião de dizer, constituía às vezes alguma espécie de gueto cromático a assinalar que ali viviam pessoas de determinados rendimentos, ou que tiveram determinadas cedências de fogos por parte da Câmara Municipal, porque por muito felizes ou infelizes que fossem as cores escolhidas, não foram escolhidas para outras zonas da cidade onde viviam pessoas de rendimentos mais elevados e que não tinham essa distinção conferida pelas autoridades públicas. Agora, como se sabia, isso representava encargos financeiros pesados para o Município. -----

----- Por outro lado, desejava também sublinhar o esforço que a Câmara tem feito, para além da reabilitação, em matéria de estacionamento. Os protocolos assinados, neste trimestre, com a Faculdade de Ciências, ou o parque do Edifício dos Museus, o Instituto Hidrográfico, no Bairro Alto, novos lugares no parque do Camões, agora no Largo Barão de Quintela, que estava para breve o início do processo, o início das obras no Largo Vitorino Damásio, no fundo da Av. D. Carlos, portanto tudo lugares que foram disponibilizando com a colaboração das correspondentes entidades e que libertaram espaços para os residentes em zonas especialmente martirizadas por essa tortura do estacionamento.-----

----- Sublinhava também aquilo que parecia ser visível e que lhe chegava mesmo pelas conversas particulares, até familiares, que foram também objecto dessas intervenções das autoridades que actuavam por meio dos chamados bloqueadores ou outras vias de restrição ao trânsito desordenado, independentemente de os poderes públicos não oferecerem ainda as devidas alternativas. -----

----- Mas não podia igualmente deixar de sublinhar que inauguraram o parque da Rua Mouzinho da Silveira, começado no mandato anterior, e o parque do Campo dos Mártires da Pátria, que foi reduzido para 221 lugares por força de um achado histórico, num processo que teve o concurso público em 1993 e que só pôde ser inaugurado agora. Mas era um parque que, a seu ver, ficou bastante bem, com os arranjos exteriores bem concebidos e que servia uma zona bastante carenciada dele. ---

----- Havia quem dissesse, chegou a ver isso escrito, que fazer parques de estacionamento subterrâneos era favorecer o automóvel privado em Lisboa, mas essa era uma concepção em relação à qual, que por muito que tentasse raciocinar, não conseguia entender a fundamentação. No prazo de 10 anos era impossível não tomarem este tipo de medidas, aliás, iniciadas no mandato anterior. -----

----- Para além destes novos lugares em matéria de estacionamento, que se seguiam ao outro do Parque Eduardo VII, desejava também chamar a atenção para o desenvolvimento do processo da criação da Autoridade Metropolitana de Transportes. O novo Ministro das Obras Públicas, com quem ainda hoje reunira, teve ocasião de lhe confirmar uma ligeira reformulação no diploma, mas previam até uma versão melhorada do diploma, não implicando uma transformação da Direcção Geral de Transportes Terrestres em Autoridade Metropolitana de Transportes, porque isso seria algo limitativo, mas uma Autoridade Metropolitana de Transportes com poderes mais alargados em matéria de regulação de todo o sistema na zona de Lisboa, estaria para aprovação em Conselho de Ministros dentro de dias e posterior envio para promulgação ao Sr. Presidente da República. -----

----- Essa era uma matéria fundamental sobre a qual já teve ocasião de exprimir a sua insatisfação com algum atraso que teve, mas esperava que dentro de poucas semanas pudessem começar a trabalhar no âmbito dessa mesma Autoridade Metropolitana. ----

----- Continuando, disse que gostaria de dar nota sobre o trabalho que se tem realizado em termos de reparação de pavimentos, ou seja, no tapar de buracos, diria mesmo crateras que apareceram nos pavimentos da Cidade de Lisboa durante o inverno, nomeadamente na altura das chuvas. O Sr. Vereador Pedro Pinto poderia dar informações mais pormenorizadas sobre o assunto, a situação, obviamente, não estava totalmente normalizada, tinham o levantamento feito com a colaboração dos Presidentes de Junta, mas tendo já sido tapados mais de 700 buracos a situação era agora completamente diferente da verificada há algumas semanas atrás, em que todos foram vítimas, ele inclusive, do estado em que se encontravam os pavimentos. -----

----- Referiu que tinha sido concluída a auditoria às contas da Câmara Municipal de Lisboa, e assumia perante a Assembleia o compromisso de que durante o mandato teriam uma auditoria permanente, encomendando auditorias externas, para além do trabalho do Departamento de Auditoria da Câmara, para controlo da execução

orçamental e das contas da Câmara, mesmo do trabalho que a própria Autarquia desenvolvia, portanto aplicando na prática o princípio que defendiam para o tempo em que outros tiveram responsabilidades. -----

----- Disse, ainda, que gostava também de fazer referência ao desenvolvimento dos trabalhos de monitorização do subsolo na zona da Baixa de Lisboa e de todas as zonas em relação às quais era necessário que tivessem o conhecimento do estado das condutas, dos níveis friáticos e das eventuais consequências de obras verificadas em parques de estacionamento subterrâneo ou no metro. -----

----- Por outro lado, pretendia também dizer à Assembleia Municipal que estavam à beira de tomar as decisões finais quanto à SIMTEJO. Como sabiam tinha sido tomada uma opção no passado, pelo Município, de integração do sistema em alta nessa frente intermunicipal, num contrato que não chegara a ser aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal mas que implicava responsabilidades pesadas para o Município, e tinham fundadas dúvidas, num processo que estavam a trabalhar com toda a Vereação, de que devesse continuar a ser a participação na SIMTEJO, pelo menos nos termos actuais, a opção do Município. -----

----- Era uma empresa que tinha sete administradores executivos, tinha uma estrutura pesadíssima, já teve ocasião de falar com os outros accionistas e chegavam três administradores executivos, mas, para além da estrutura de administração, o principal era o contrato das rendas, da cedência das estações e dos níveis de caudais que foram acertados como níveis mínimos com a SIMTEJO e em relação aos quais a Câmara Municipal estava a pagar níveis de facturas que não considerava razoáveis nos encontros de contas que estavam estabelecidos, nomeadamente para as rendas dessas estações, as ETARs, a cujo valor foi descontada a participação dos fundos comunitários no acerto feito com o Município. -----

----- seguidamente, disse que desejava também dar nota de outros dois aspectos importantes do programa que apresentaram aos eleitores, e que estavam em franco desenvolvimento, independentemente da posição de cada um. -----

----- Um tinha a ver com as obras do Túnel do Marquês, cujo concurso entrara na fase da negociação directa e havia um valor legal a respeitar. Era um processo complexo que ainda não chegara ao seu final, o que esperava que acontecesse dentro de dias, mas mal chegasse daria a informação à Câmara porque, como era evidente, a adjudicação final, quando a houver, teria de ir à Câmara, e também a devida informação, pelos menos aos líderes dos Grupos Municipais e ao Sr. Presidente da Assembleia, mesmo que até lá não houvesse nenhuma reunião da Assembleia. -----

----- Outro tinha a ver com a questão do Parque Mayer e com a questão da localização do casino, matéria que tinha levantado polémica nos órgãos do Município e que, como era sabido, não tinha sido objecto de consenso entre todos. -----

----- Em relação ao Parque Mayer, disse que o processo estava em franco desenvolvimento, e já tinha sido dada nota pública disso. Ainda ontem conversara com o Arqtº Frank Gehry, era para ir ao *atelier* dele na próxima semana mas pedira-lhe o favor de o dispensar porque devido aos feriados as semanas eram curtas e o trabalho muito, portanto não tinha hipótese de ir agora a Los Angeles, pelo o Arqtº

Frank Gehry viria a Lisboa outra vez, esperava que a meio do mês de Maio, e desde já pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que, se fosse possível, o Arqtº Frank Gehry tivesse um encontro com os diversos Grupos Municipais sob a proposta “desenvolvimento de programa para o Parque Mayer”. -----

----- Ainda por cima, quando hoje podia anunciar que dentro do esforço que tinha procurado fazer e de que pelo menos alguns Deputados Municipais, com responsabilidades nos respectivos Grupos Municipais tinham conhecimento, tal como os Vereadores da oposição, que na sequência de trabalhos feitos com o Governo, que licenciara o casino em Lisboa, e também com a Administração do Porto de Lisboa, a Câmara ira propor e tomar a decisão de alterar a localização do futuro casino de Lisboa, que deixaria de ser no Parque Mayer e passaria a ser na zona do antigo Mercado do Peixe e da Fruta, junto ao rio, em frente do Mercado da Ribeira, correspondendo isso, portanto, à preocupação de o tirar do centro da cidade. -----

----- Disse que houve outras hipóteses de localização, como era sabido, no Parque Mayer, na Feira Popular, em Monsanto ou no Parque das Nações, e todas essas alternativas tinham sido estudadas até à exaustão. -----

----- Recordou que desde o princípio tinha referido que haveria recuperação do Parque Mayer com ou sem casino lá. Vários Grupos Municipais, que tinham a maioria na Assembleia, manifestaram a sua oposição a essa localização. Pessoalmente sempre teve o entendimento, e continuava a ter, de que essa matéria não tinha que ser submetida – com o devido respeito pela Assembleia – a decisão da Assembleia Municipal, embora considerasse desejável, e isso mesmo referira aos Vereadores e representantes dos Grupos Municipais, nomeadamente do PS, mas não só, que admitiu a existência de um casino em Lisboa mas não naquele local, e disse então que tinha a preocupação que pudessem estabelecer uma base pelo menos de clivagem não absoluta entre todos de numa matéria que era importante, quer para a recuperação do Parque Mayer, no centro da cidade, quer também para a existência desse equipamento turisticamente importante, e não só turisticamente, para a Cidade de Lisboa. -----

----- Essa preocupação, no seu entender, levava ao encontro de uma solução que era uma boa solução. Não diria que até iria permitir a ligação, por barco, entre a zona ribeirinha de Lisboa e a zona ribeirinha do Estoril, portanto entre esses dois equipamentos congéneres, o casino de Lisboa e o casino do Estoril, mas desejava dizer que essa localização, estando situada em zona da jurisdição do Porto de Lisboa, era em terrenos que eram propriedade do Município. Tinha consigo o auto lavrado em 1908, entre o representante do Ministério das Obras Públicas e o representante da Câmara Municipal de Lisboa, em que se fez a permuta de alguns terrenos pelos quais o Município ficara com os terrenos para a construção do Mercado do Peixe, que era exactamente como se designava aquela zona onde estava hoje o Departamento de Desporto da Câmara Municipal. -----

----- Portanto, era uma zona que era propriedade da Câmara, cuja decisão, até ao abrigo da Lei do Jogo vigente, não teria forçosamente que ser presente à Assembleia Municipal, mas desejava dizer, publicamente, que sinceramente fazia gosto em trazer a matéria a debate da Assembleia Municipal, como gostaria que a Assembleia a

pudesse votar, para que as pessoas pudessem manifestar o que entendessem, mas para si, como Presidente da Câmara, era importante que a Assembleia Municipal se pudesse associar a esse projecto uma vez que a decisão tinha sido tomada pelo Governo em termos de licenciar a instalação de um casino em Lisboa, embora por um Governo com o apoio da Câmara Municipal.-----

----- Por outro lado, desejava frisar que as contrapartidas se continuavam a destinar à construção dos teatros no Parque Mayer, e que o fundamental das contrapartidas que estavam estabelecidas manter-se-iam, o que não significava que outras não pudessem, informalmente, embora devidamente formalizadas e com enquadramento legal, ser tentadas junto dos concessionários, nomeadamente para algumas instalações ali próximo. -----

----- Mas o ponto principal a salientar era que esperava que deste modo terminasse uma polémica que nunca deveria ter subido além de determinado nível. O que era importante em Lisboa era recuperar o Parque Mayer, o que era importante em Lisboa era que com esse tipo de equipamentos as pessoas se pudessem rever minimamente na sua localização. -----

----- Sempre tinha dito que dava a cara, como deu até final, por um Centro Cultural de Belém e pela respectiva localização, mas não dava a cara até final pela localização de um casino, porque não considerava que fosse matéria suficientemente relevante numa sociedade, a não ser para assegurar uma localização que fosse indevida por qualquer tipo de razão. -----

----- Podia dizer que na Feira Popular não lhe agradava, tendo em conta a orientação de desenvolvimento estratégico que tinham para aquela zona da cidade: zona de habitação, zona de escritórios, estavam a concentrar lá a maior parte dos serviços da Câmara, para além dos que ficavam localizados à volta da Praça do Município, e, portanto, isso não lhe agradava com franqueza. Lisboa diria que era uma cidade com usos polivalentes, mas quando o seu território era mais exíguo. Por isso as dificuldades de localização de espaços como a Feira Popular, os próprios Ministério, portanto tudo aquilo a que tinha chamado um *puzzle* se começava neste momento a resolver. -----

----- Obviamente, que a localização dos Ministérios seria o Sr. Primeiro-Ministro a anunciar, em devido tempo quando a decisão final estiver tomada, mas queria também dizer à Assembleia Municipal que a inclinação da Câmara, neste momento, era no sentido da Feira Popular – não esta feira mas um novo parque de diversões sucedâneo da Feira Popular – se situar no mesmo local, reformulado com base em responsabilidades dos proprietários que ali viessem a construir, em operações de permuta em relação às quais desejava, esperava e necessitava da devida participação da Assembleia Municipal. -----

----- Disse, depois, que a saída dos privados do Parque Mayer era um bem para a cidade, na sua opinião. O facto de lá irem construir três teatros, um teatro de bolso, um museu da moda, uma escola de artes, um espaço dedicado ao cinema na sua vertente museológica e a ligação ao Jardim Botânico, levava a que tudo o que lá

houvesse de área comercial, de área de habitação ou de escritórios, estivesse subordinado a essa matriz predominante que era a matriz cultural. -----

----- Agora, a questão da Feira Popular desejava sublinhá-la para dar conta à Assembleia Municipal daquilo que era uma orientação, não uma posição final da parte da Câmara. -----

----- Em relação à questão do casino, disse que entendiam que era chegada a altura desta decisão final, porque o processo já tinha uma história suficiente. E com o devido respeito pelo Senhor Presidente da República, que também manifestara a vontade do debate, sentira sempre nele, permitia-se dizer assim, a preferência por outra localização que não aquela, mas nunca interferindo e respeitando completamente a autonomia do Poder Local. E todos puderam apreender das suas palavras, a preferência por outra localização. Aliás, da parte de quem geria – ele com certeza com responsabilidades acrescidas tal como quem estava no Executivo – os destinos de uma cidade que era a capital do País, em relação nomeadamente a esses equipamentos fundamentais, havia a obrigação de procurar soluções de consenso, nas quais se revissem a generalidade dos cidadãos, diria até os órgãos de soberania. -----

----- Por isso mesmo, o Sr. Primeiro-Ministro estava informado, procurara também transmitir ao Senhor Presidente da República antes de vir para esta reunião da Assembleia Municipal, e também todas as entidades envolvidas tiveram conhecimento desta que considerava dever ser uma posição final da Câmara. -----

----- Por fim, disse que esperava que para operadores turísticos, com sala de espectáculos e por isso também importante para fins culturais, esta seja uma opção que vá ao encontro do interesse da Cidade de Lisboa. Era curioso, ao ler a história do princípio do século passado, ver todas as polémicas havidas! Muitas das polémicas que travavam hoje tinham sido travadas ao longo da história da Cidade de Lisboa, cada tempo sua polémica. Não sabia se no passado foram capazes de fazer isso totalmente, tê-lo-iam sido em muitos casos, mas hoje queria ter a certeza que derem todos os passos possíveis para conseguirem uma solução que pelo menos não desgostasse a tantas pessoas quanto fosse possível, e que fosse do agrado de uma maioria franca e ampla, que apoiasse esse projecto de desenvolvimento sustentado e integrado da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente**, antes de abrir o debate, disse que em relação à proposta feita pelo Sr. Presidente da Câmara, a Mesa iria consultar os líderes dos Grupos Municipais para depois concertarem, se for esse o acordo, o encontro que era proposto. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que a sua primeira observação à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, era sobre o auto-elogio e o tom de presunção quanto ao apoio cada vez maior da população, ou seja a dita voz da rua. Até hoje todos tinham sentido que a distância entre as promessas eleitorais e a sua concretização era cada vez maior. Era natural, quando se partia de um patamar tão baixo de objectivos, a actividade normal de uma Câmara, que era a maior do País, servia para fazer crer que havia muito trabalho. Era absurdo, até porque os resultados não correspondiam aos anúncios! -----

----- Aliás, era absurdo pagar-se publicidade, inclusive na televisão, sobre o tapar buracos nas ruas, quando, supostamente, essa era uma actividade regular que competia à Câmara. Mas essa dita mega-operação era o reconhecimento do alerta que o PCP fizera, face ao intolerável estado a que chegara a rede viária em Lisboa. -----

----- A segunda observação era para dizer que a Câmara ainda poderia continuar a contar com projectos, obras e actividades projectadas e iniciadas pelo anterior Executivo. Essa dinâmica ainda se fazia sentir nesta informação, em praticamente todas as áreas. Mas, apesar dessa realidade, o traço essencial era que continuava a não se vislumbrar uma estratégia global, e o que existia, de facto, era uma navegação à vista e uma gestão casuística. -----

----- Disse, depois, que os grandes desígnios estavam todos por arrancar, as grandes dificuldades que se verificavam tinham a ver com o contraditório e o facilitismo com que haviam sido anunciadas, nomeadamente o Parque Mayer, o túnel das Amoreiras, a criação da Autoridade Metropolitana de Transportes, que desde a primeira hora havia sido proposta pelo PCP, o caso da Feira Popular para a qual ainda não foi encontrada alternativa de localização, embora hoje o Sr. Presidente da Câmara tivesse avançado uma perspectiva de localização no próprio local com outro conteúdo. -----

----- E, a propósito da informação agora dada pelo Sr. Presidente da Câmara sobre o casino, avançou que a posição do PCP era que não estava de acordo com a instalação de um casino em qualquer zona urbana da cidade, como já afirmaram variadas vezes, e muito menos estavam com a sua inclusão no Parque Mayer. Como se sabia essa proposta aparecera no início do mandato como única forma de financiar a reabilitação do Parque Mayer, e a solução agora apresentada vinha reconhecer o que o PCP sempre afirmara: essa não era a condição *sine qua non* para que o Parque Mayer fosse reabilitado. -----

----- Portanto, em relação ao casino era conhecido o posicionamento do PCP face a uma questão que não era apenas de turismo ou económica, porque havia também uma vertente social que teria que se avaliar na sua extensão e nas suas consequências. -----

----- Quanto à reabilitação e requalificação do parque edificado, anunciada pelo Sr. Presidente da Câmara, disse que não tinha correspondência na informação escrita. De facto, foram dados vários exemplos, mas os exemplos também se multiplicavam por situações que estavam completamente paradas, como era o caso da Quinta do Ourives, da Quinta do Chalé, das Salgadas Velhas, todas na zona oriental da cidade, para além de outros bairros municipais onde o projecto de recuperação se encontrava efectivamente parado. -----

----- Sobre a terceira observação, que tinha a ver com o balanço na área do desporto, disse que se era este o panorama que se perspectivava para Lisboa/2004 como Capital Europeia do Desporto, ficavam mesmo muito preocupados com a vergonha que cairia sobre o Município. De facto, a Câmara estava de costas voltadas para o movimento associativo, e perguntava onde estava o projecto que o mobilizasse, que pusesse a participar dezenas de milhar de jovens e outras camadas da população que praticavam desporto em torno desse projecto. O que se perspectivava era muito mau para a

cidade, porque o desporto não era apenas o Euro-2004 de Futebol ou as iniciativas promovidas por entidades externas à Câmara. -----

----- Na quarta e última observação, que tinha a ver com a substituição do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Carmona Rodrigues, e a redistribuição de Pelouros na Câmara, disse que, em primeiro lugar, queria colocar a questão da ilegalidade pela não designação de um Vice-Presidente, já que, nos termos da lei, o Sr. Presidente da Câmara só pelo Vice-Presidente poderia ser substituído, inclusive na Assembleia Municipal. Não sabiam qual a razão porque o Sr. Presidente da Câmara não procedia à nomeação do Vice-Presidente, mas esperavam que não fosse por razões de falta de confiança nos Srs. Vereadores. -----

----- Por outro lado, o substituto do ex-Vice-Presidente, que exercia o cargo a meio tempo, tinha apenas um Pelouro enquanto que o Sr. Presidente da Câmara tinha à sua responsabilidade 12 Pelouros num total de 26. Assim a cidade e os municípios não poderiam contar com melhorias na qualidade da vida urbana. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, depois de referir que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara moldava noutros termos este debate sobre a informação escrita, disse que não podia deixar de aludir à intervenção do Deputado Municipal Martinho Baptista, na parte em que se referia a publicidade da Câmara sobre matérias que eram das suas atribuições, para lhe pedir que reparasse no passado recente da anterior Vereação para ver o que foi a campanha paga para publicitar aquilo que eram as suas próprias atribuições, porque, de facto, havia uma inundação constante dessa matéria. Portanto, aconselhava a olhar para trás antes de criticar o momento presente e conseqüentemente o futuro. -----

----- Depois, quando à questão da navegação à vista, disse que esta informação escrita – e nesta matéria dava novamente os parabéns ao Executivo – voltava a ter de novo aquilo que parecia que faltara também no passado, que era uma primeira parte introdutória onde eram alinhadas as pistas estratégicas e a opção política que a Câmara tinha, porque a Câmara tinha uma opção política que não era um mero avulso de páginas fotocopiadas, como acontecia no passado com a informação escrita. -----

----- Depois a informação era documentada em anexo, como surgia agora, mas tinha, de facto, uma linha estratégica, que até vinha aumentar em relação à anterior, onde eram apontadas as grandes balizas da actuação do Executivo, e essa era uma linha política que longe estava de uma navegação à vista como o Deputado Municipal Martinho Baptista ali quisera fazer crer. -----

----- Naturalmente havia forças que discordavam dessa opção política, mas essas é que estavam em perfeita deriva de navegação à vista, como parecia ser evidente da parte do PCP. -----

----- Prosseguindo, disse que o Sr. Presidente da Câmara introduzira ali uma coisa que lhe parecia ser essencial do timbre de uma gestão pública, que diria bem diferente, por exemplo, do caso do Elevador Castelo, ou seja, do não consenso à volta de uma medida. É que, de facto, a Câmara viera procurar o consenso para a realização de um projecto, e também de uma base alargada que extravasava, naturalmente, a sua margem de apoio político directo. -----

----- Disse, por fim, que como recordara aquando da homenagem ao Dr. João Amaral, era isso que definia o que era um Presidente: referira-o no passado em relação do Dr. João Amaral e dizia-o hoje em relação ao Dr. Santana Lopes, que partia da sua base social de apoio e procurava amplos consensos, como procurara nesta matéria e tê-lo-á conseguido. Por isso, apresentava os seus parabéns à Câmara Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que tinha ouvido com atenção a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, e, em primeiro lugar, porque era justo, desejava cumprimentá-lo pela sua decisão sensata, ou melhor, usando as palavras verdadeiras, pelo recuo sensato que teve em relação àquela teimosa ideia inicial que teve de querer colocar no centro da cidade, no Parque Mayer, um casino de jogo. -----

----- Recordou que ele próprio, há tempos atrás, tivera oportunidade de ali fazer uma intervenção, em nome do PS, apelando ao Sr. Presidente da Câmara que repensasse a questão. Até citara o exemplo, e pensava que se calhar teria sido feliz nessa citação, de que tendo o Sr. Presidente da Câmara aspirações a outros cargos mais importantes, um grande político deveria de vez em quando dar um sinal que sabia ouvir a oposição e sabia ouvir o senso-comum. -----

----- De facto, nesta matéria o Sr. Presidente da Câmara agira bem, portanto desejava cumprimentá-lo porque recuara, – e não se devia ter vergonha de recuar – teve em atenção a opinião da oposição e teve em atenção a opinião pública da cidade ao decidir retirar aquela ideia bizarra que tinha de colocar um casino no Parque Mayer, que era uma ideia absolutamente errada e o Sr. Presidente da Câmara sabia disso. Aliás, era até contraditória com um dos seus propósitos, porque quando dizia que queria mais pessoas a viver no centro da cidade não lhes podia oferecer um casino, já que um casino trazia outro tipo de animação, era gente que ia e vinha, gente que ia jogar e trazia algum tipo de instabilidade do ponto de vista da segurança nas ruas e problemas do ponto de vista do ordenamento do tráfego naquela zona da cidade. -----

----- Portanto, se o Sr. Presidente da Câmara tivesse insistido com essa matéria, poderia crer que o PS também continuaria a insistir, porque assim era de lei, que fosse realizada uma alteração ao plano de pormenor para que pudessem discutir na Assembleia Municipal se essa alteração poderia incluir o casino ao não. -----

----- Por conseguinte, ainda bem que o Sr. Presidente da Câmara recuara, que alterara a sua posição, porque a partir de agora, embora no PS não fossem entusiásticos da ideia do casino, já que o Governo legislara especialmente para que Lisboa pudesse ter um casino, enfim era um precedente perigoso, mas uma vez que estava legislado estavam dispostos a trabalhar em conjunto com a Câmara para que se encontrasse uma solução que fosse a menos má para a cidade. -----

----- No entanto, deixava um apelo muito claro no sentido de que se fizessem estudos sérios sobre a nova localização do casino, nomeadamente quanto ao impacte ambiental que o mesmo teria, como também em termos do ordenamento do tráfego e do trânsito, em termos de afluência e até mesmo em termos do impacte social. Portanto, que se fizessem esses estudos para que a solução que viesse a ser adoptada fosse, apesar de tudo, a menos má, a que menos danos causaria aos habitantes da

cidade, porque, de facto, iria causar danos aos habitantes da cidade. E o Sr. Presidente da Câmara, quer quisesse quer não, iria ficar a ser conhecido, também, como o Presidente do casino. -----

----- Isso seria com o Sr. Presidente da Câmara, porque foi ele que assim quis! Mas teria a colaboração institucional do PS para que as coisas corressem da forma menos negativa possível, e tinha, evidentemente, também os cumprimentos do PS por ter recuado e por ter tido, finalmente, bom-senso nessa matéria, depois das discussões acesas que ali tiveram e em que o Sr. Presidente da Câmara se mostrara um defensor acérrimo do casino no Parque Mayer. -----

----- Seguidamente, aludindo à remodelação recentemente estabelecida na Câmara, disse que ela lhes deixava algumas preocupações e interrogações, porque a grande concentração de Pelouros na pessoa do Presidente da Câmara evidenciava – não queria ser injusto mas essa podia ser a leitura – que tinha pouca confiança na sua equipa, já que teve necessidade de centralizar em si os Pelouros que o Sr. Vice-Presidente da Câmara tinha. O estilo de liderança que o Sr. Presidente da Câmara imprimia na Câmara era consigo, era a sua liderança, era uma liderança de grande impacto mediático, o Sr. Presidente da Câmara era uma pessoa do *show off*, quer quisesse quer não era assim que as pessoas o viam, e gerira, com algum distanciamento, os Pelouros que tinha tido até agora. Bastava ver, por exemplo, aquilo que se passou com a questão da segurança, em que foi necessário que insistissem várias vezes para que, finalmente, começasse a reunir o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Portanto, ao ver agora o Sr. Presidente da Câmara acumular tantos Pelouros, o PS, com alguma apreensão, iria notar certamente, se continuasse com o mesmo estilo, que a cidade sofreria um profundo abalo novamente. Poderiam ter divergências em relação aos objectivos, em relação às formas de fazer, mas queriam que se fizessem as coisas. Reconheciam que o Sr. Ministro das Obras Públicas, anterior Vice-Presidente da Câmara, era uma pessoa do planeamento e era um homem de acção, era uma pessoa que acompanhava os assuntos ao pormenor, e o Sr. Presidente da Câmara não tinha esse perfil. Por isso, o PS estava preocupado com essa matéria, mas queria ali dizer-lhe que oxalá os viesse a surpreender no futuro. -----

----- Mas o Sr. Presidente da Câmara e a sua equipa continuavam sem um pensamento estratégico para a cidade, o que era visível em várias questões paradigmáticas. -----

----- Por exemplo, não se sabia claramente o que queria a Câmara Municipal de Lisboa em matéria de habitação! Estava à deriva! O Sr. Presidente da Câmara falava-lhes muito em reabilitação, mas também sobre a reabilitação ainda não havia um plano concreto para a cidade. O Sr. Presidente da Câmara, há algum tempo atrás, numa das suas atitudes de *show off* que precisava de fazer de vez em quando, disse que se demitia, que queria eleições, porque a oposição lhe boicotava a reabilitação, ao que pessoalmente teve oportunidade de responder que não era verdade porque o PS estava a favor da reabilitação. Que apresentasse projectos concretos que o PS com certeza os apoiava e aprovava, pelo que era altura de lhes dizer, de facto, qual era a estratégia, qual era o princípio, meio e fim dessa matéria. -----

----- Sabia, por exemplo, que em reunião de Câmara seria discutida agora a autorização de uma empreitada de valores elevados para a reabilitação, mas não estava explicado o quê, o que iria ser reabilitado, não se ia ao concreto! Portanto, isso denunciava que continuavam a estar sem pensamento estratégico para a cidade, por parte do Executivo. -----

----- Sobre a habitação social, disse que era lastimável o estado a que as coisas chegaram, pois o actual Executivo, desde que tomara posse, ainda não lançara um único fogo a concurso, o que era uma situação espantosa. Aliás, as casas que foram concluídas no tempo do anterior Presidente da Câmara, e de grande responsabilidade operativa do Vereador Vasco Franco, ainda estavam a ser distribuídas, a conta gotas, aos cidadãos, quiçá para que eles se esquecessem que elas foram construídas na anterior gestão. Mas não deviam ter essa preocupação. Deviam distribuí-las porque havia pessoas à espera que precisavam delas, porque o PS estaria ali para apoiar o Sr. Presidente da Câmara em todos os combates que tivesse que fazer contra o Poder Central, para conseguir mais fundos para promover a habitação social. -----

----- Referiu que o Sr. Presidente da Câmara dizia, e repetia muitas vezes, que falava todos os dias com o Sr. Primeiro-Ministro, e podia contar que teria o PS ao seu lado para todas as reivindicações que quisesse fazer para conseguir mais meios para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Ainda sobre habitação, disse que o Sr. Presidente da Câmara falara há pouco nas cooperativas, mas meteu na gaveta o protocolo que foi feito com as cooperativas, ainda no tempo em que o Dr. Jorge Sampaio foi Presidente da Câmara, para o acompanhamento e promoção da habitação social. Aliás, havia cooperativas que já fizeram as obras de infra-estruturas que lhes competia fazer com os seus fundos, e agora estavam à espera que a Câmara fizesse as escrituras e aprovasse os lotes para construção. Essa era uma situação escandalosa, porque as pessoas tinham os seus fundos investidos e a Câmara não atava nem desatava. -----

----- Portanto, em matéria de habitação a Câmara estava sem rumo, não havia, de facto, um pensamento estratégico. -----

----- Mas também sobre a gestão corrente não viam melhorias substanciais na Cidade de Lisboa. Pegava só num exemplo muito badalado no presente: a Câmara estava a fazer uma campanha, televisiva até, para dizer que ia tapar os buracos na cidade! O que era preciso era tapá-los, porque tapar os buracos era tarefa de todos os dias e não era necessário fazer campanhas publicitárias para dizer que se iam tapar. Era lastimável que em termos de buracos se tivesse chegado ao ponto que se chegara, mas tapa-los era uma acção decorrente de gestão diária. -----

----- Por tudo isso, o que pediam à Vereação era que arregaçasse as mangas e começasse a fazer coisas, porque Lisboa tem estado sem rumo, sem pensamento estratégico. O Sr. Presidente da Câmara tinha outras preocupações, legítimas com certeza, provavelmente já pensava em Belém, mas aquilo que lhe pediam, em nome da cidade e das pessoas que votaram, quer na maioria, quer na oposição, era que começasse, agora que tinha tantos Pelouros, a dedicar-se um pouco mais à Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que o Bloco de Esquerda não podia deixar de reafirmar a crítica que fez aquando da apreciação da última informação escrita que o Sr. Presidente da Câmara fez à Assembleia, que era, de facto, a de uma clara e evidente ausência de estratégia para a cidade. No entanto tinham que reconhecer que o Sr. Presidente da Câmara melhorara muito na tática. Teria até tendência a dizer que era uma tática leninista, porque era dois passos atrás um passo à frente: mas parecia-lhe que nem sequer chegava a tática, era mais jogo de cintura. -----

----- E, de facto, o Sr. Presidente da Câmara acabara de demonstrar mais um grande jogo de cintura, porque não veio à Assembleia procurar um consenso mas sim procurar uma operação mediática. É que pura e simplesmente veio dizer na Assembleia Municipal – tinha todo o direito, só valorizou a Assembleia com isso – que o casino, que tanta questão fizera que fosse construído no Parque Mayer, agora já não seria no Parque Mayer. Pessoalmente não tinha nenhum santo devoto, não sabia se o Sr. Presidente da Câmara teria, mas deveriam agradecer talvez ao “santo” Frank Gehry por esta alteração tão súbita na perspectiva do Sr. Presidente da Câmara.-----

----- O que tinham que referir era que o Sr. Presidente da Câmara veio à Assembleia Municipal dizer que recuava em relação à sua posição do casino no Parque Mayer, mas a questão fundamental era que mantinha o casino no centro da cidade. Diria mais: o Sr. Presidente da Câmara regressava ao antes do terramoto de 1755, pois, como se sabia, o principal eixo de desenvolvimento da cidade, no período anterior ao terramoto, era justamente paralelo ao rio. Portanto, o Sr. Presidente da Câmara parecia querer regressar ao antes terramoto, mas esperava que não se tratasse de um novo terramoto político para que se pudesse alterar a ausência de perspectiva estratégica para a cidade. -----

----- Seguidamente, disse que estavam bastante preocupados com a situação e diziam-no com toda a frontalidade, porque havia uma série de aspectos que lhes pareciam importantes e em relação aos quais seria legítimo ter a expectativa que desde a apresentação da última informação até agora tivesse havido evolução, e, efectivamente, pelo que estavam a ver, não houve, pelo menos de forma visível. -----

----- Por exemplo, na informação escrita dizia-se que este período tinha sido aproveitado para o lançamento das apostas estratégicas para o quadriénio! Mas quais? Gostavam de saber e por isso pediam que o Sr. Presidente da Câmara dissesse quais eram. -----

----- Só faltara dizer quantas chaves de fogos de habitação social tinha entregue nos últimos meses, porque, de facto, em termos de reabilitação urbana não havia nenhuma evidência de um programa de reabilitação urbana em Lisboa! -----

----- Sobre o túnel das Amoreiras, disse que a única coisa que conhecia era um *outdoor*, e sobre a Feira Popular disse que a ideia que tinha era que ela era para sair dali, agora parecia que já não saía! Enfim, não havia nada, talvez um concurso, talvez uma ideia, talvez um divertimento como não podia deixar de ser em relação à Feira Popular. -----

----- Agora, sobre o Parque Mayer viam que a situação era a de que parecia que havia um projecto. O Sr. Vereador Pedro Pinto, na Conferência de Líderes, segundo o líder da sua bancada o informara, tinha dito que não era bem um projecto, era um esboço! Mas queriam agradecer que o Sr. Presidente da Câmara tivesse manifestado a simpatia de lhes permitir ter acesso, enquanto Grupos Municipais, a esse esboço, na próxima visita do Sr. Arqtº Frank Gehry. Mas convinha reparar que só tinham essa oportunidade porque o Sr. Presidente da Câmara não ia a Los Angeles, porque senão teriam que ir todos a Los Angeles para saber qual era o esboço do novo projecto para o Parque Mayer. -----

----- Continuando, disse que no entender do Bloco de Esquerda a Câmara tem feito algum trabalho, tinham que o reconhecer, que era o trabalho da gestão corrente do Município, e isso não podia deixar de o fazer. Mas se reparassem bem na informação do Sr. Presidente da Câmara havia apenas uma mega operação na cidade, a mega operação do tapa buracos. Parecia que o único objectivo estratégico da cidade era tapar buracos. Era uma mega operação que correspondia a um mega Presidente com megas responsabilidades, com grande tendência para megas operações mediáticas, e iam de mega em mega operação a tapar buracos. -----

----- Disse, ainda, que para o Bloco de Esquerda era fundamental que, na próxima informação, o Sr. Presidente da Câmara lhes trouxesse, finalmente, a Área Metropolitana de Transportes, que já na última informação dizia que estava por dias, e também um programa concreto em relação à reabilitação urbana. -----

----- Mas havia um programa que nunca ninguém tinha falado na Assembleia e que lhes parecia importante. Na última reunião o Deputado Municipal Victor Gonçalves fizera uma diatribe sobre o problema da paz e da paz poder ser também um objectivo estratégico para a cidade, pelo que, desta vez, levantavam uma outra questão: é que não viam nenhum programa, não viam nenhuma ideia, não viam nunca falar, nem da parte da maioria que sustentava o Executivo, nem da parte da Vereação, num programa que ligasse a inteligência da cidade ao trabalho que ajudasse a enfrentar o período recessivo que se estava a viver, que colocasse Lisboa, de facto, como um dos nós de cidades mundiais que tinham alguma coisa a dizer sobre os fluxos tecnológicos, os fluxos da inteligência, os fluxos do desenvolvimento. Isto era o que precisavam de ouvir, e não ouviam. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que ao ler a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, se não morasse no Bairro do Condado, em Marvila, ficaria extremamente agradado com a prosa bonita que dela constava. Mas, como aí morava e conhecia a realidade, já não era tanto assim. -----

----- No entanto, como o tempo era pouco, passaria já a referir os problemas que, no seu entender, não estavam suficientemente tratados na informação. -----

----- Assim, começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara, no quarto parágrafo do intróito, afirmava que estava em marcha a recuperação de jardins, logradouros, etc., citando depois: “e aqui, em especial, as acções desenvolvidas nas zonas verdes da Zona J de Chelas”. É que só por brincadeira poderia constar uma coisa dessas, já que

não havia nenhuma obra lançada pela Câmara naquela zona a que o Sr. Presidente da Câmara chamava “Zona J de Chelas”, que toda a população de Marvila conhecia como Bairro do Condado. Aquilo que se terminou foi o arranjo dos passeios na Av. João Paulo II e na Av. Duarte Marceneiro, portanto não havia nenhum projecto de espaços verdes no Bairro do Condado. -----

----- Disse que a Junta de Marvila e a população de freguesia fizeram um grande esforço para que os respectivos bairros deixassem de ter os nomes que lhes foram dados pelos arquitectos quando traçaram, no estirador, os bairros da freguesia, ou seja as zonas I, M, J e tudo o mais, porque havia um projecto que a população abraçara e que hoje já começara a ser enraizado, para que cada bairro tivesse o seu nome. Mas iria fazer chegar ao Sr. Presidente da Câmara um mapa da freguesia com os verdadeiros nomes dos bairros, que alguns serviços já conheciam mas outros ainda continuavam a trata-los pelas designações iniciais. -----

----- Sobre o acordo que o Sr. Presidente da Câmara disse ter feito com o Metro para o metro ligeiro de superfície, disse que concordavam e ficavam satisfeitos com isso, mas lembrava-lhe que ele próprio lhe tinha colocado a questão, no dia 4 de Junho, da Estação do Metro da Bela Vista continuar com três dos quatro acessos encerrados, o que prejudicava grandemente as populações do Bairro da Flamenga e do Bairro do Armador, pelo que entendia que o Sr. Presidente da Câmara deveria pressionar a empresa para que abrisse os restantes acessos porque a população tinha todo o direito de ser bem servida. -----

----- Quanto aos problemas sociais mencionados na informação do Sr. Presidente da Câmara, disse que era matéria que afectava todos e à qual todos eram sensíveis. Só que isso era o que estava escrito, porque, na prática, as acções para que houvesse cada vez menos sem-abrigo, cada vez menos toxicodependentes ou cada vez menos pessoas a dependerem dessas políticas, o que era feito, quer em termos de Governo Central, quer em termos da Câmara Municipal, era pouco para acabar com isso. Por exemplo, a Câmara acabara com os Jogos de Lisboa, portanto não ocupava os tempos livres da juventude, e a toxicodependência era um caminho muito perigoso para esses mesmos jovens. -----

----- Acusou que a Câmara estava a tentar transformar a zona oriental de Lisboa quase que num campo de concentração dos sem-abrigo, porque neste momento já existia um centro na Rua Gualdim Pais com 276 utentes; outro na Travessa na Manutenção à Rua de Xabregas, com 76 utentes; o CAT, de apoio aos toxicodependentes, na Rua de Xabregas com 210 utentes; um centro de apoio aos chamados jovens difíceis ao lado do Palácio da Mitra; e agora, apesar dos equipamentos e estruturas que já existiam, a Câmara, sem ouvir ninguém, queria criar mais um centro para os sem-abrigo, no Poço do Bispo, por baixo de uma colectividade que prestava um serviço meritório à juventude. Dava a ideia que a Câmara queria fabricar mais sem-abrigo para depois encher as estruturas que estava a montar na zona oriental. Aliás, instalados como estavam numa zona com um raio de cerca de quilómetro e meio, dava a ideia que todos os sem-abrigo da cidade eram da zona oriental de Lisboa, o que não era

verdade, porque se fossem inquirir os utentes desses centros que já existiam nem 10% eram do conjunto das freguesias da zona oriental, Marvila, Olivais e Beato.-----

----- Portanto, porquê criar um centro catalizador dos sem-abrigo na zona oriental de Lisboa? Era inadmissível que a situação fosse essa porque Marvila e a zona oriental da cidade já tinham equipamentos que chegasse para os sem-abrigo. O que eles precisavam era que lhes fossem criadas essas infra-estruturas de uma forma descentralizada, ou seja, nas zonas de onde eram originários. É que eles não tinham passe para andar de autocarro, e não tendo passe para andar de autocarro era preciso que se criassem essas infra-estruturas onde elas faziam falta. -----

----- **O Deputado José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara, na primeira vez que a Assembleia discutira a informação escrita, tinha prometido um índice. Ainda não havia sido desta, mas como isso não bastasse, ainda “limparam” a paginação, e num conjunto de centenas de páginas a numeração das páginas fazia algum jeito. -----

----- Disse, depois, que aquando da reestruturação dos serviços o Sr. Presidente da Câmara justificara algumas das suas opções com os elementos que então compunham a sua equipa, mas devido à saída do Executivo do Sr. Prof. Carmona Rodrigues desejava que o Sr. Presidente da Câmara informasse se ponderava ou não apresentar uma nova reestruturação dos serviços. -----

----- Seguidamente, porque o Sr. Presidente da Câmara se ausentou da Sala, prescindiu do uso da palavra. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, no uso da palavra, disse que ia ler uma declaração que, muito respeitosamente, dirigia ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Leu então essa declaração que dizia o seguinte: -----

----- “Satisfazendo não só o nosso desejo mas também o desejo manifestado por vários cidadãos lisboetas, vimos apresentar o nosso mais veemente repúdio por circunstâncias que estão afectando gravemente a dignidade de todos nós. -----

----- Primeiro que tudo, queremos acentuar a nossa inabalável convicção de que cabe especialmente aos governantes a defesa da sã formação das crianças e dos adolescentes e também evitar que, quando adultos, essa sã formação venha a ser prejudicada por lamentáveis mas evitáveis circunstâncias. -----

----- Referimo-nos à perniciosa forma como estão sendo apresentados em teatros, alguns até propriedade das entidades oficiais, os mais repugnantes espectáculos, cujos pormenores todos conhecemos, mas que somos impedidos de descrever pelo respeito que nos merece esta Assembleia. -----

----- Acrescento que até reparamos com repugnante publicidade, tanto desses incríveis espectáculos como de produtos comerciais, em cartazes que são o espelho da maior das depravações. -----

----- Por tudo isto, e por julgarmos estar traduzindo a vontade da maioria dos cidadãos lisboetas, vimos solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que intervenha junto das entidades competentes, no sentido que não se permita que Lisboa seja transformada na lixeira em que alguns a estão lançando.” -----

----- Finda a leitura da declaração, disse que o PPM era veementemente contra a censura, mas o que referira constituía um crime contra a formação das crianças, dos adolescentes e, em suma, da sociedade humana, mas tomar medidas contra o crime não era censura. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho, a propósito da localização do casino junto à margem ribeirinha do Tejo, referiu que o Presidente da Câmara tinha recuado, o que desde logo denunciava bem a sua visão da democracia, pois em democracia não se recuava nem se avançava. Quando se abria um debate ouvia-se, discutia-se, apreciava-se, entrava-se de espírito aberto para analisar as várias posições que estivessem em cima da mesa e decidia-se! -----

----- Portanto, quanto aos três primeiros aspectos da democracia a actual oposição praticava-a quando esteve no poder, mas faltara-lhes o último que era a questão da decisão, conforme se podia ver pelas ruínas e pelas pedras gastas do Parque Mayer no estado lastimoso em que ele se encontrava. -----

----- Mas o Deputado Municipal Miguel Coelho referira também que o actual Presidente da Câmara era o Presidente do *show off*, pelo que dispensando-se de comentar a falta de chá que pudesse estar nesse tipo de considerações, dir-lhe-ia desde já que o Presidente do *show off* era mais o Presidente que iria trazer de volta o *show* ao Parque Mayer, que sucedera aos homens do *off* do Parque Mayer durante 10 anos de completa inércia para resolver esse grave problema da cidade. -----

----- Por outro lado, o Deputado Municipal Miguel Coelho, continuando nas suas peripécias, fizera uma estranha ligação, na qual insistia, entre a Câmara Municipal e Belém. Não sabia se o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha alguma crítica, porque se a tivesse deveria fazê-la abertamente, ao percurso político do actual Presidente da República, que da parte do PSD colhia o maior respeito e consideração institucional, e não percebia, de facto, qual era razão dessa insistência como se fosse necessária uma sucessão obrigatória entre a Presidência da Câmara Municipal de Lisboa e a Presidência da República. Desde já dizia que no PSD quando se era Presidente de uma Câmara, quando se era Primeiro-Ministro, Ministro ou quando se era Presidente, a concentração era para o exercício desse cargo, do cargo para o qual se foi eleito e não para outros, e era justamente isso que o actual Presidente da Câmara estava a fazer, como vinha demonstrando aos lisboetas. -----

----- Quanto ao problema da habitação, que ali foi colocado por vários oradores, disse que também não podia deixar de tecer algumas considerações em defesa do actual Executivo. É porque se era um facto – e há que reconhecer as coisas certas feitas pelo anterior Executivo – que houve uma grande avanço no que dizia respeito à habitação social, era também um facto, não menos notório, que tinha ficado por fazer toda a requalificação urbana da cidade, nomeadamente dos edificios existentes. E estavam a falar da requalificação urbana mais difícil: não era uma nova empreitada, eram inúmeras, eram centenas, milhares de empreitadas sucessivas, com proprietários privados diferentes uns dos outros, com enquadramentos jurídicos diferentes, e isso não se fazia de um dia para o outro. -----

----- Portanto, mérito ao anterior Executivo pelo avanço na habitação social. Calma, paciência e compreensão em relação àquilo que deixaram por fazer e que com todo o denodo estava a tentar ser resolvido pelo actual Executivo. Desde já dizia que obras coercivas viu – era uma questão de coragem e não uma questão de meios – como nunca tinha visto no anterior Executivo. Elas eram em quantidade não antes vista, algumas delas dependentes apenas de uma mera decisão nesse sentido. -----

----- Recuperação de 40 edifícios por cada bairro histórico, com empreitadas que estavam prestes a ser anunciadas, não se lembrava de ver também no âmbito da actuação do anterior Executivo. -----

----- Seguidamente disse que o Deputado Municipal Pedro Soares comentara o regresso à margem do rio Tejo como algo criticável, como um regresso ao passado, ao pré-1755, ao que diria que isso seria talvez uma correcção de um erro estratégico que muito mal causara a Lisboa, que foi não ver que era precisamente junto ao rio que estava a mais-valia, o factor de diferenciação da Cidade de Lisboa, uma das mais bonitas da Europa, em relação às restantes cidades. Ou seja, o seu património histórico e a relação que ela tinha com a margem do rio. -----

----- Depois, comentando as críticas feitas à acumulação de Pelouros pelo Sr. Presidente da Câmara, disse que a oposição queria ver nisso um sinal de desorganização, um sinal de falta de confiança na sua equipa. Não sabia onde teriam ido buscar essas formas de interpretar condutas, mas também não lhe interessava! O PSD via na acumulação de Pelouros no actual Presidente da Câmara um reflexo da sua capacidade, e essa parecia-lhe ser a leitura mais evidente desta nova acumulação de Pelouros. -----

----- Por fim, disse que não podia deixar de pedir desculpa por se arvorar em defensor ou guarda-costas do Presidente da Câmara, que, sublinhava, o Sr. Presidente da Câmara não precisava, mas era a resposta natural e necessária a partir do momento em que o Deputado Municipal Miguel Coelho se auto-nomeara o psicanalista do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que hesitara um bocado sobre se valeria a pena usar esta figura regimental ou não, mas decidira usá-la porque entendia que a juventude não justificava tudo. -----

----- Por isso, desejava dizer com muita clareza que ao Deputado Municipal que o ofendera, que até tinha sido felicitado nos “Passos Perdidos” por alguns Deputados Municipais da maioria, pela sua intervenção, porque julgava ter sido elegante, mas discordante. E democracia era não estarem de acordo às vezes, não estarem de acordo quando fosse necessário. Assim é que devia ser! -----

----- Portanto, desejava dizer ao orador anterior que não sabia se ele tinha tomado chá ou não desde pequenino, mas sabia que a sua intervenção denotara, de facto, muita falta de respeito para com a oposição e para com quem pensava de maneira diferente dos outros. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, começou por questionar o Sr. Presidente sobre se poderia

iniciar a sua intervenção, já que, no seu entender a Câmara não estava representada pois não se encontrava presente o Sr. Presidente da Câmara nem o Sr. Vice-Presidente. -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu dizendo que tanto quanto sabia ainda não havia novo Vice-Presidente, já outro Deputado Municipal iniciara a sua intervenção e quando o Sr. Presidente da Câmara se ausentara desistira, mas, segundo informação dos Senhores Vereadores, estava presente o n.º 2 da Câmara -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, iniciando então a sua intervenção, disse que o que pretendia referir tinha a ver com a diferença que existia entre o que estava escrito na informação e aquilo que todos os dias viam e constatavam na Cidade de Lisboa. -----

----- Por exemplo, a reabilitação urbana na sua freguesia estava aquém das expectativas que estavam referidas na informação, e podia prová-lo. Era uma questão de se ler os números que nela constavam. Essa reabilitação, que ali foi tão proclamada por um Deputado Municipal no sentido de que iria começar em Novembro do ano passado, afinal começara, mas começara por uma selecção de cinco prédios na Rua de São Pedro e ficara-se por aí! -----

----- Uma outra coisa que desejava dizer ao Sr. Presidente da Câmara, era que no *site* da Câmara Municipal de Lisboa, onde constava a relação dos prédios degradados, eles efectivamente estavam degradados e em ruína mas viviam lá famílias ainda, e alguns estavam atribuídos à Junta de Freguesia de São Miguel mas não eram da sua freguesia. -----

----- Por outro lado, e porque não tinha mais tempo, diria apenas que ainda estavam à espera da piscina para os meninos de Alfama, porque passados que estavam 14 meses a Câmara ainda não iniciara a obra. Na informação escrita nada constava sobre essa matéria, mas os alfamistas mereciam mais algum respeito no sentido de que esta Câmara terminasse aquilo que a anterior iniciara, ou seja, acabasse a piscina de Alfama para que os jovens do bairro também pudessem aprender a natação. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que saudavam a alteração da posição apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara em termos da localização do casino, porque o PS também partilhava da opinião expressa pelo PSD, por intermédio do Deputado Municipal Ricardo Chaves, sobre o ouvir, o decidir e o incorporar outras opiniões. Esse foi um recuo positivo para a cidade, mas, de facto, havia alguns que queriam ser mais papistas que o Papa, como foi o caso, eventualmente, do entusiasmo do Deputado Municipal Ricardo Chaves. Se calhar deveria ter tido mais algum cuidado, ou o PSD ter feito a intervenção por outro Deputado Municipal. Aliás, o Deputado Municipal Ricardo Chaves parecia estar entristecido hoje, porque já o ouviram ali defender entusiasticamente, muito mais que alguma vez o Sr. Presidente da Câmara o fez, a localização do casino no Parque Mayer, e agora ouviam-no, também entusiasticamente, defender o contrário. -----

----- Porventura o meio-termo ficar-lhe-ia bem para o futuro! -----

----- Depois, sobre uma problemática que tinha a ver com a segurança e com o caderno reivindicativo que o Sindicato dos Trabalhadores de Município tinha apresentado à Comissão Permanente de Protecção Civil e Segurança, e também à Mesa da Assembleia Municipal e aos líderes dos Grupos Municipais, disse que, infelizmente, de acordo com o referido numa reunião que tiveram a semana passada, nem o Sr. Presidente da Câmara, nem a Sra. Vereadora Adjunta, que também tem tratado das matérias da segurança, conseguiram arranjar tempo para os receber para tratar desses assuntos. -----

----- Era lamentável que não se recebesse ou que se mandassem assessores sem qualquer poder de decisão ou de intervenção, que se limitavam a ouvir sucessivamente as questões apresentadas, porque quanto aos factos e quanto às propostas nada diziam. Isso seria fruto da confusão que reinava na distribuição dos Pelouros? Queriam crer que sim, mas também queriam crer que já era tempo de alguém, com responsabilidades na Câmara Municipal de Lisboa, tratar desse assunto, quanto mais não fosse para analisar as questões e dizer, se fosse essa a opinião e assumindo-a politicamente, que não queriam resolver nada. Agora, prolongar reuniões estéreis sem resolver nenhum assunto, pensavam que já bastava. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, começou por chamar a atenção que há bocado houve uma intervenção que foi interrompida e ninguém do Executivo deu por isso, naturalmente por total ausência do que se passava na Assembleia. -----

----- Depois, em relação ao Parque Mayer e ao casino, disse que a sua posição nunca foi coincidente com a da maioria de esquerda. A sua opinião foi sempre mais próxima da defendida pelo Dr. Mega Ferreira. Nunca rejeitara, à partida, a possibilidade de um casino em Lisboa, mas nunca aceitara nem compreendera que se dissesse que o casino fosse indispensável para recuperar o Parque Mayer e não se concretizasse nenhum projecto do Parque Mayer. Isto é, não estavam definidas áreas de construção nem o peso dos usos dos solos, já que não foram dados valores distintos para as áreas habitacional, comercial, de escritórios, equipamentos ou lugares de estacionamento, e, portanto, se não havia nenhum projecto não percebia que se dissesse que só seria possível recuperar o Parque Mayer com um casino. -----

----- Neste momento, porém, havia uma mudança de atitude mas mantinham-se algumas questões em relação ao casino e, face ao anúncio agora feito, a preocupação era a mesma. -----

----- Seria verdade que a reabilitação do Parque Mayer só seria possível com um casino? Esta era a grande dúvida! Quanto custava essa operação para que pudessem saber que o casino era iniciativa indispensável à sua concretização? Apesar de tudo, o projecto do Parque Mayer parecia-lhe mais concretizado! Embora fosse ainda um esboço parecia estar já mais assente naquilo que ali iria ter. -----

----- No entanto, cabia também perguntar como se enquadrava a nova relocalização do casino no projecto em curso de revisão do PDM! A definição acautelara as questões de acessibilidades e estacionamento, visto que o Cais do Sodré era já uma área conflituosa do ponto de vista dos transportes? -----

----- Por outro lado, a questão do Parque Mayer suscitava ainda o problema dos equipamentos culturais e da sua localização, e esta era, de facto, uma questão estratégica e de concepção da cidade. A distribuição dos equipamentos de teatro pela cidade era uma opção, enquanto que a concentração no Parque Mayer era outra opção que, na prática, corria o risco de acentuar o problema de dormitório das freguesias dos limites da cidade, que era uma questão que já suscitara no mandato anterior. Porque se continuavam a concentrar todo o esforço no centro da cidade, continuavam também a acentuar o problema de dormitório das freguesias limite, onde, afinal, estava concentrada a maioria da população residente da cidade. -----

----- Outra preocupação, era que a construção de tantos teatros correspondia à totalidade do esforço de construção de equipamentos culturais nos próximos anos, para além da biblioteca municipal central, e arquivo, que a acreditar na última informação escrita do Sr. Presidente da Câmara iria ser construída, porque isso significava uma concepção de cultura monolítica já que iriam ter imensas salas de teatro mas faltariam todos os outros equipamento na cidade. -----

----- Sobre a propriedade e os custos da intervenção, disse que o Parque Mayer era propriedade particular, a Câmara estava a suportar os custos do projecto que seguramente valorizaria a propriedade, pelo que desejava saber quais os passos no sentido da partilha de custos, quem iria beneficiar da rentabilização e do benefício que a Câmara estava neste momento a suportar. -----

----- Disse, ainda, que nesta altura era muito diferente a atitude, e a alteração agora anunciada beneficiaria a cidade! Depois da posição do Presidente da República ainda houve uma manifestação onde foi prometido que esta questão iria a eito fosse qual fosse a oposição, mas realmente não foi assim, foi diferente a opção pelo arquitecto e foi diferente a localização do equipamento, portanto havia um benefício para a cidade.

----- A terminar, disse que na informação escrita não havia nenhuma referência sobre a substituição do Sr. Vice-Presidente, também mais uma vez não havia índice e a paginação tinha sido retirada, o que dificultava muito o trabalho. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que era importante que se dissesse que estavam numa época diferente, estavam a viver momentos diferentes porque estavam perante uma Câmara que era substancialmente diferente, para melhor, daquilo que lhes revelara o passado. -----

----- Embora reconhecessem, como sempre reconheceram, que governar uma cidade era difícil, governar uma cidade como Lisboa era ainda mais difícil, e governar uma cidade como Lisboa numa situação de pressão quase económica em que, de facto, as finanças não estavam com a maior saúde e os problemas se iam acumulando, era ainda muito mais difícil. Por isso, havia sempre problemas e haveria naturalmente sempre razões de queixa, o que era bom porque era sinal que não estavam satisfeitos com tudo aquilo que iam conquistando. E, naturalmente, o Deputado Municipal Joaquim Cunha poderia estar descansado, porque fizesse a oposição a crítica que fizesse ao Presidente da Câmara ou ao Governo nunca seria preso. Não apanharia nunca 40, 50 ou 100 anos de prisão como àqueles que em Cuba o fizeram acabara por acontecer. Ali poderia estar à vontade porque, felizmente, viviam em democracia, era

essa a diferença! E era essa a diferença que ali lhes permitia ser críticos, como o foram alguns Deputados Municipais. -----

----- Disse, depois, que durante muitos anos – e ele foi testemunha disso, quer na Assembleia, quer na Câmara – os problemas do Município foram encarados de uma forma mais ou menos superficial, para tentar resolver os problemas aqui e além sem haver a tal estratégia que o Deputado Municipal Miguel Coelho falava que não existia. Mas, de facto, aquilo que se notava agora, independentemente da resposta rápida a problemas que poderiam ser resolvidos de uma maneira mais atabalhoada, mas rápida, era efectivamente o planeamento estratégico, uma ideia de cidade, transformar, com algum tempo, com alguma demora, com alguma raiz e com algum alicerce, a cidade para que nela se viva melhor daqui para o futuro. -----

----- Era isso em relação à reabilitação urbana, era isso em relação aos espaços verdes e era isso também em relação àquilo que a oposição referira, com alguma ironia, relativamente à operação de tapar os buracos, apesar das condições climatéricas terríveis que aconteceram e que causaram grandes danos à cidade, porque era preciso que os munícipes tivessem conhecimento que a Câmara estava envolvida numa mega operação para resolver os problemas que lhes dificultavam a vida diariamente. Isso era muito importante e só não via quem fosse ceguinho. -----

----- Aliás, no passado outras mega operações foram defendidas, se calhar sem tanta importância, por aqueles que hoje reprovavam esta operação. -----

----- Sobre a reabilitação urbana, disse que na Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana tiveram oportunidade de ouvir a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão referir-se à forma como estava a encarar a reabilitação urbana na cidade, e, de facto, pensava que era uma maneira correcta, audaz e eficiente para resolver o problema. Porque não era resolver aqui a acolá, mas sim resolver por ruas, por quarteirões de 40 ou 50 prédios, através de concursos devidamente fundamentados. Se calhar talvez fosse demorado, se calhar talvez não desse resultados amanhã, mas daria com certeza resultados no futuro. -----

----- Mas o problema da reabilitação urbana era muito complicado em Lisboa, porque o estado de degradação da cidade era grande. E quem a deixou degradar não foi com certeza a actual maioria da Câmara, como também não foram apenas as anteriores maiorias da Câmara, mas foram, isso sim, todos os muitos anos que a cidade tem de vida de que resultaram todos esses problemas acumulados que agora urgia resolver. Eles não puderam ainda ser resolvidos, acreditava que tivesse havido vontade para isso nos anos que antecederam, mas estava convencido que da forma como a Sra. Vereadora pensava fazê-lo eles seria agora efectivamente resolvidos. Portanto, seria uma boa operação e mais uma atitude estratégica da Câmara. -----

----- Relativamente ao Parque Mayer, disse que era daqueles que não via mal que o casino fosse lá construído, mas porque não tinha tempo não valia a pena estar agora a dizer porquê. Também não via mal que ele fosse construído noutra sítio! O que era importante era que, através dessa operação, aquilo que tinha sido impossível de resolver ao longo de anos e anos depois do 25 de Abril, pudesse sê-lo agora. Era com isso que deveriam estar todos de acordo, e mesmo agradecer aquilo que foi a

disponibilidade da Câmara para resolver o problema, porque se se poderia defender, com alguma razoabilidade, a existência do casino no Parque Mayer, havendo outras opções teriam que se ouvir outras pessoas e foi exactamente isso que a Câmara fez. Por isso, estava certo que sobre essa matéria iriam chegar a um consenso alargado, porque seria útil para a cidade e utilíssimo para o turismo porquanto constituía mais uma forma de animação turística de que a cidade tanto precisava. -----

----- Portanto, quanto a si, tratava-se de uma belíssima ideia para resolver o problema e, ainda por cima, de uma forma consensual. -----

----- Prosseguindo, disse que a prova de que a Câmara estava a agir de uma maneira eficaz, tirando alguma ironia que perpassara por alguns pontos da intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, que pessoalmente não considerara ofensiva, era que como todos verificaram o Deputado Municipal Miguel Coelho concordara, elogiara e congratulara-se, dentro daquilo que era possível a um elemento da oposição. Evidentemente nessa qualidade não poderia ali fazer um elogio rasgado ao Presidente da Câmara, mas, de qualquer maneira, verificara-se uma distinção e uma forma até quase de apoio. -----

----- Mas fizeram-se ali outras intervenções que considerava quase folclóricas. Pedia desculpa ao Deputado Municipal Pedro Soares, mas a sua intervenção tinha sido de certa forma folclórica, ultrapassando até o tempo e criando alguma monotonia em termos daquilo que era essencial. Aliás, o Deputado Municipal Pedro Soares teria que aprender, como membro do Bloco de Esquerda, um partido enérgico e até actuante com alguma evidência, às vezes com bastante humor e até com razão crítica, que teria que ponderar as suas intervenções por forma a que elas fossem mais claramente ouvidas. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, começou por solicitar à Câmara que não se esquecesse de dois apelos hoje feitos, no período de intervenção do público, por moradores do Bairro das Galinheiras e do bairro novo do PER, no Vale da Ameixoeira. -----

----- A Câmara há seis meses que sabia do problema. Ele próprio falara pessoalmente com a Sra. Vereadora no seu gabinete, mandara-lhe um abaixo-assinado dos moradores, e agora perguntava se seria preciso haver mortes ou manifestações populares para a Câmara tomar medidas. Sabia que não era fácil acabar com o problema, discordava da maneira como se queria pôr o problema sectariamente em relação a etnias diferentes, até porque o problema neste caso tinha a ver com o não acompanhamento dos realojados. -----

----- Por outro lado, não havia policiamento, não havia infra-estruturas, não havia condições de vida para as centenas de famílias que estavam no Vale da Ameixoeira em constantes problemas. Era preciso que houvesse um acompanhamento social e policial, porque a Câmara há seis meses tinha em seu poder um abaixo-assinado a informar que havia tiroteios, agressões verbais e físicas, inclusive danos materiais no seu próprio património, mas nada tem sido feito! -----

----- Por isso, apelava à Assembleia Municipal, veementemente, que visse o problema, porque na quinta-feira passada teve reunião da Assembleia de Freguesia e as pessoas

foram-lhe cobrar porque já lhe tinham posto o problema e pensaram que a Junta ainda não tinha feito nada, quando, de facto, a Junta já tinha alertado a Câmara várias vezes. O problema estava fora do controlo da Junta, era talvez até um problema de polícia, inclusivamente iriam enviar uma Moção para o Ministério da Administração Interna para tentar também resolver o problema a nível policial, porque não admitia que na Ameixoeira houvesse intervenções da Polícia Municipal a intimidar os moradores do Bairro Velho das Galinheiras, um bairro camarário, que se recusavam a sair de suas casas porque pagavam renda e não estavam satisfeitos com a maneira como a Câmara tratara dos seu problemas, e que não houvesse policiamento para as outras situações que eram alarmantes. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara referia o condicionamento do trânsito no Bairro Alto e da disponibilidade que houve para ceder lugares de estacionamento para moradores e comerciantes no Parque Camões e no Pátio do Bairro Alto, mas o Sr. Presidente da Câmara, como ela própria referira no início, não tem tido a colaboração da PSP-Divisão de Trânsito. E não a tinha porquanto nas zonas onde não havia condicionamento de trânsito e nas zonas onde a Polícia Municipal não actuava, à PSP-Divisão de Trânsito era-lhe indiferente o que se passava à volta, como, aliás, na cidade. -----

----- Recordou que tinha chamado a atenção do Sr. Presidente da Câmara que iria ter um grande problema porque a PSP-Divisão de Trânsito não iria colaborar, e efectivamente não tem colaborado no Bairro Alto e zonas limítrofes, o que punha em causa o projecto do condicionamento do trânsito. A Polícia Municipal sim, essa merecia um elogio porque tem trabalhado, tem ido à freguesia, tem feito segurança e tem feito o condicionamento do trânsito. Mas, sublinhou, a PSP-Divisão de Trânsito não o tem feito e queria referir isso ali para acentuar que tinha razão quando disse que a Câmara não iria ter o apoio da PSP-Divisão de Trânsito. É que se não o tinha em toda a cidade também o não teria no Bairro Alto! -----

----- Sobre o que acaba de ser dito pelo Deputado Municipal Bruno Rolo, referiu que a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa poderia convocar de emergência o Conselho Municipal relacionado com as minorias para se analisar essa problemática que estava a acontecer na Ameixoeira, para rapidamente se tentar encontrar uma solução por forma a que as várias etnias, cigana e outras, não fossem rejeitadas e percebessem que também tinham que respeitar se se queriam inserir e integrar na comunidade. -----

----- Quanto à reabilitação urbana, disse que com a sua colega, Deputada Municipal Irene Lopes, estiveram na Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana, foi-lhes apresentado o projecto pela Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, e pretendia dizer, frontalmente, que estavam de acordo, especialmente na zona da Freguesia da Encarnação, porque era tempo de se começar a reabilitação no Bairro Alto. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra, começou por dizer que ao ler a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara reparava que quase não se falava na sua freguesia, o que demonstrava que realmente se estava a trabalhar muito pouco na Ajuda.

Lamentava isso até porque havia muito trabalho concluído, e outro em fase de conclusão pelos diversos Departamentos da Câmara, no que dizia respeito à reabilitação do espaço público. -----

----- Seguidamente, disse que faria um ano em Junho que foram assinados os protocolos, depois de ter havido uma reunião dos Presidentes de Junta com o Sr. Presidente da Câmara, que foi a única apesar de então o Sr. Presidente da Câmara ter referido que elas iriam continuar para se aprofundar o relacionamento entre a Câmara e as Juntas no sentido de melhorar o trabalho a efectuar. Também foi dito, no acto de assinatura do protocolo, que iriam continuar a trabalhar para melhorar e afirmar os protocolos, no sentido de que pudessem encontrar regras bem definidas, do conhecimento de todos e iguais para todas as Juntas de Freguesia, e que, em princípio, iriam, a partir de Setembro de 2002, iniciar esse trabalho para que em 2003 tivessem já os protocolos redefinidos, o que lamentavam não tivesse acontecido porque, na verdade, foram confrontados com os mesmos protocolos acrescidos de 3%. -----

----- Portanto, continuava a haver a necessidade de reformular esses protocolos, e até mesmo aprofundar e avançar para outros, nomeadamente um sobre a questão das pequenas reparações em habitações particulares, que bem necessário era para a maior parte das Juntas de Freguesia. -----

----- Por tudo isso, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se realmente estava com ideias de avançar para esse trabalho, por forma a melhorarem os protocolos que existiam neste momento. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, no uso da palavra, referindo-se à parte da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara que dizia respeito à cultura, disse que lhes parecia uma lista sem qualquer elo condutor, não se via ali qualquer ligação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. Era uma lista do que se fazia em alguns museus, de alguns filmes, de algumas peças de teatro, e mais nada!

----- Daí começar por perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se estava no espírito da Câmara que o Pelouro da Cultura desse algum apoio às Juntas de Freguesia, já que elas tinham acções junto das populações, muitas vezes não conseguiam fazer mais porque não podiam e todos sabiam que desenvolviam as pessoas desenvolvendo-as culturalmente. -----

----- Depois, em nome da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, pediu às Sras. Vereadoras responsáveis pelos Pelouros da Cultura e Juventude que os ofícios que lhes mandavam tivessem resposta. É que havia questões que foram postas, quer ao Pelouro da Juventude, quer ao Pelouro da Cultura, em Outubro e Novembro do ano passado, e até à data a Comissão não obteve qualquer tipo de resposta. -----

----- No entanto, em contraponto ao que referiu relativamente à cultura, entendia que a informação pecava por defeito no que dizia respeito à acção social, porque a Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura vinha acompanhando de perto todo o trabalho feito na Câmara, e constatava que nem todo ele estava vertido na informação. -----

----- Por exemplo, não constavam duas acções que considerava muito importantes, a primeira das quais tinha a ver com o Centro de Acolhimento da Rua Gualdim Pais, um

centro de acolhimento que era financiado a 100% pela Câmara e que não estava referido. Ou seja, referiam-se o de Xabregas e o da Graça, que eram subsidiados a 50%, e o que era a 100% não estava referido. -----

----- A segunda questão, também não referida, tinha a ver com o projecto que o Pelouro da Acção Social da Câmara tem posto em prática, junto das mulheres prostitutas, na área de Monsanto. Tratava-se de um projecto que tendia dar formação profissional, que tentava reintegrar aquelas mulheres que por diversos problemas da vida foram levadas a ter que se prostituir em Monsanto, onde estavam sujeitas a todo o tipo de violência. Sabiam que esse projecto estava a ser posto em prática, em colaboração com a Associação “O Ninho” e com as Irmãs Oblatas. -----

----- Ainda a propósito desse projecto, questionou a Sra. Vereadora responsável porque razão em vez de se chamar “Gabinete de Apoio à Mulher” não lhe chamar antes “Gabinete de Inserção Social”, porque havia prostitutas, mas também havia prostitutos e transexuais. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Queiroz (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra, começou por dizer que só ontem tinha recebido a informação escrita, e tendo hoje estado ausente da Junta em trabalho apenas teve oportunidade de a ler na diagonal. -----

----- De qualquer maneira, recordava que há cerca de um ano fez ali uma intervenção e uma das coisas que então questionara era se havia Juntas de primeira e Juntas de segunda. E, de facto, a Junta de Freguesia dos Prazeres parecia uma Junta suburbana, não era mencionada na informação escrita, e não era mencionada porque era verdade visto que não tinha havido intervenções. -----

----- Mas dava alguns exemplos. Relativamente à intervenção para tapar os buracos, na Rua Possidónio da Silva era capaz de dizer o número de metros quadrados que não tinham buracos; em frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, local onde continuamente chegavam e donde partiam inúmeros diplomatas, era um dó de alma. --

----- Disse que o arranjo de passeios tem sido feito com a verba descentralizada pela Câmara para esse efeito, mas era evidente que havia muito vandalismo na cidade e, por isso, numa semana teve que mandar arranjar três vezes a mesma sarjeta. No entanto, isso não reflectia aquilo que era a intervenção que não tinha sido de facto feita. -----

----- Quando à referência que o Sr. Presidente da Câmara fazia de que dedicara algum tempo a arrumar a casa, disse que já anteriormente tinha dito, e voltava a dizer, que arrumara muito mal, porque era muito complicado hoje trabalhar com a Câmara. Tinha questões em que os funcionários da Junta ligavam para a Câmara sete vezes, passavam por sete pessoas e ninguém lhes sabia dar resposta a nada. -----

----- A última questão, que foi ela própria que colocou, foi para a Polícia Municipal. Tinha um estaleiro caído, pedira a intervenção da Polícia Municipal e o graduado de serviço disse: “olhe minha Senhora, antigamente era preciso tirarmos um curso para virmos para a Polícia Municipal, hoje ninguém quer vir para a Polícia Municipal, não conseguimos funcionar, eu mesmo vou-me embora”. -----

----- Mas dava exemplos de muitos serviços que não funcionavam como deviam. Por exemplo, edificios classificados, portanto onde já foram vistorias, ligava para lá e dizia: “olhe, isso está com o engº Bugarine”, e a resposta era: “não, agora já está com o engº Gulão”. Isto todas as semanas! Às vezes era: “Ah, mas esse serviço foi mudado, agora já não funciona aqui”. -----

----- Portanto, era muito complicado funcionar assim! -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara deveria estar recordado de algumas questões que lhe colocaram na reunião que teve com os Presidente de Junta, nomeadamente uma a que respondera que até ia conversar com a polícia, o que achava que era interessante porque continuava a ter na sua freguesia três esquadras adstritas, o que poderia parecer que representava mais segurança, mas não, pelo contrário, já que tinham ali uma série de fronteiras que eram terra de ninguém. Era evidente que a Câmara não tinha culpa mas podia fazer esse trabalho com a Polícia Municipal. -----

----- Em termos de reabilitação, disse que tinha um exemplo muito caricato que era a sede da Junta, um edificio propriedade da Câmara Municipal, que tinha o quarto andar vago, no terceiro estava a biblioteca da Junta mas a Câmara não sabia da chave, e a Junta estava a levar com água em cima justamente porque ninguém tomava medidas quanto ao quarto andar. Mas de tudo isso estava a Câmara devidamente informada pela Junta! -----

----- A terminar, disse que certamente a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa não sabia dessa, mas essa para si era fantástica! Recebera na Junta um ofício a dizer: “retire o parque infantil da escola 128, proceda à sua desmontagem e arrume-o”. Mas agora a Junta de Freguesia é que retirava o parque infantil e o arrumava!? Mas arrumava-o aonde? Levava-o para casa? -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, deu a palavra à Câmara para responder às questões colocadas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por responder à Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, dizendo que na Rua de São Pedro tinha a informação de oito prédios com obras em curso. -----

----- Em relação à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, que referira que não houve nenhuma intervenção na sua freguesia em matéria de reparação de pavimentos, disse que dispunha da informação de que tinha havido intervenções na Praça de São João Bosco, Rua Abílio Lopes do Rego, Rua Ricardo Espírito Santo, Travessa do Costa e Rua de São Domingos à Lapa. -----

----- Mas fazia-lhe um elogio pelo jardim muito bem cuidado que tinha junto do Museu Nacional de Arte Antiga. Teve o cuidado de conferir que estava entregue à Junta, e efectivamente era um exemplo da maneira como tratar um jardim nas várias freguesias de Lisboa. -----

----- Sobre a estação do metro da Bela Vista, disse que tinha consigo a informação do Metropolitano que dizia que as decisões tomadas em relação a essas opções foram em reuniões realizadas no final de 1999, entre o Metropolitano e o Feira Nova, tratadas, como se sabia, pela Câmara anterior. Mas não lhe passava pela cabeça que não tivessem ouvido a Junta de Freguesia em relação a essas opções! Portanto, as opções

que resultaram foram aquelas que as várias entidades consideraram na altura serem do interesse da população. -----

----- Quanto à referência pelo mesmo Presidente de Junta de que não havia obras feitas na zona do Bairro do Condado, já não Zona J, lembrou o projecto de limitação dos lugares de estacionamento para a área junto do edifício da Coopemi, uma cooperativa que a Câmara estava a seguir atentamente no seu desenvolvimento e na sua participação; a pavimentação da área junto ao alçado tardoz do lote da PSP; a repintura dos prédios no Bairro do Condado, feita por sua intervenção directa; e a pavimentação do passeio na Av. João Paulo II, em frente ao talho dessa mesma avenida, solicitada pelos moradores, tendo o passeio sido feito todo de novo. -----

----- Portanto, quando o Presidente da Junta dizia que o Presidente da Câmara não conhecia bem os bairros e que lhe ia mandar a lista, dir-lhe-ia que a lê-se ele outra vez porque não conhecia a lista das ruas nem as obras que lá eram feitas e que estavam já terminadas. Era bom que fossem precisos e rigorosos, já que os moradores da zona sabiam bem disso porque ele ia lá todas as semanas conferir o estado das obras. -----

----- Mas achava bem que o Sr. Presidente da Junta dissesse aos seus fregueses que a solução da estação do metro da Bela Vista tivera a sua participação, pois não lhe passava pela cabeça que a Câmara anterior não o tivesse ouvido nessa matéria, tão atenta como era à participação das Juntas de Freguesia. -----

----- Sobre a questão do casino disse que o Arqtº Frank Gehry era já quase defensor da solução do casino no Parque Mayer, portanto não foi o “santo” Frank Gehry que o inspirou! Aliás, informara-o ontem, por telefone, que o casino já não ficaria no Parque Mayer. Por conseguinte, se queria agradecer a algum santo ou pôr alguma vela, não seria a “santo” Frank Gehry porque não foi com ele. -----

----- Disse, depois, que dava toda a razão à Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação quanto ao que disse sobre a PSP. Ainda hoje vinha uma notícia no jornal a dizer: “PSP vai deixar de fazer fiscalização porque a Câmara não paga as gratificações”. Achava isso inacreditável, e já teve ocasião de o dizer ao Sr. Primeiro-Ministro. Desejava dar também uma palavra ao modo como a Polícia Municipal tem estado nesse processo, como tem trabalhado e assegurado o cumprimento daquela nova situação e legislação, mas realmente achava extraordinário ter que gratificar as forças de segurança para assegurarem a responsabilidade de atribuições que o Governo não queria entregar às Câmaras, por isso teriam que ser as forças nacionais a fazê-lo, e depois as Câmaras tinham que pagar! Havia nisso qualquer coisa que não fazia sentido, mas já transmitira a questão ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Ministro da Administração Interna. -----

----- Contudo, a culpa não era dos agentes da PSP, era das regulamentações que estavam em vigor. -----

----- Quanto à publicidade e à operação tapa-buracos, disse que o Sr. Vereador Vasco Franco referiu: “só falta agora fazerem publicidade a que recolhem do lixo”. Ora a verdade era que ainda há pouco tempo, quer em Madrid, quer em Paris, viu publicidade à recolha do lixo, publicidade essa feita com *slogans* colocados nos próprios carros de recolha, em *outdoors*, etc. Aliás, lembrava-se também de

campanhas na Vereação anterior como “Lisboa Cidade Limpa” e outras, e pessoalmente achava naturalíssimo que existissem campanhas como “Lisboa Cidade Limpa”, “Estamos a Cuidar dos Pavimentos”, “Estamos a Cuidar da Limpeza”. A Vereação anterior fê-lo e a actual fizera-o também! -----

----- Mas, a propósito de publicidade, dava alguns números do que estava levantado até agora em termos de gastos com publicidade e publicações: em 2000, 2.564.000 euros; em 2001, 2.188.000 euros; 2002, 1.710.000 euros. -----

----- E dava outros exemplos, estes relativos a empresas municipais: ATL – Associação de Turismo de Lisboa, em 2000, 1.800.000 euros; em 2001, 1.814.000 euros; em 2002, 1.400.000 euros: a EGEAC, em 2000, 434.000 euros; em 2001, 230.000 euros; em 2002, 50.000 euros. Mas podia dar muitos mais números! Compreendia, como dizia o outro, “que a nossa dê mais nas vistas”, e dava mais nas vistas por várias razões, a primeira das quais correspondia a trabalho realizado ou anunciado. Faria mal chamar a atenção para o trabalho de reabilitação? Faria mal dizer aos proprietários que não cumpriam que aqui ou acolá eram obras coercivas feitas por determinação da Câmara? E seria melhor fazer isso com painéis com aquelas redes verdes, tipo tapa-mosquitos, ou seria melhor fazer com painéis com motivações ilustrativas de que se queria de uma cidade bonita e esteticamente equilibrada? Faria mal chamar a atenção para que a cidade ia ter obras complicadas, como, por exemplo, o túnel do Marquês, que começariam em breve e seria bom que os municípios se fossem preparando para elas? -----

----- A programação iria ser complicada, e, por isso, era preciso que se fosse chamando a atenção para as obras que se iam realizar. -----

----- Por exemplo, andava à noite e via os trabalhadores a taparem os buracos, mas a maior parte dos municípios não dava por isso porque se levantavam de manhã, quando chegavam à rua já não viam os buracos, e era obrigação do Município informar como estava a ser aplicado o dinheiro dos contribuintes! Portanto, não tinha problema nenhum com isso porque o Tribunal de Contas fiscalizava, as entidades com competência fiscalizavam também, por isso pensava que era bom fazer a promoção devida de obras efectivamente feitas ou que viessem a ser realizadas. E ninguém punha em dúvida que queria fazer o túnel do Marquês, porque dentro de algum tempo começaria a obra! -----

----- Por conseguinte, não criticava que tivessem sido feitas essas despesas em publicidade no mandato anterior! Cada um sabia de si, mas achava bem porque a comunicação era um elemento indispensável nas sociedades contemporâneas. Se lá pusesse a sua fotografia era um bocado desagradável, censurável e altamente condenável! Mas isso não acontecia! Falava-se apenas dos trabalhos que estavam a ser feitos, que foram feitos ou iam ser feitos, porque se não fossem feitos ali estariam os Deputados Municipais da oposição, e não só, a dizer que a Câmara tinha falhado. -----

----- Onde diziam “Aqui vai aparecer uma Lisboa mais bonita”, bom, punham-no porque acreditavam que sim! Por exemplo, na Av. 24 de Julho estavam a começar a demolir todos aqueles barracões, e realmente acreditavam que ia surgir ali uma Lisboa mais bonita, e o mesmo com certeza noutros sítios. -----

----- Sobre eventuais problemas causados pela reestruturação, disse que não queria acreditar que tivesse sido só no tempo deste Executivo que a Presidente da Junta dos Prazeres ouvira um engenheiro dizer que determinado caso passara para outro engenheiro, ou que quando falara para a Câmara lhe tivessem respondido que tal serviço passara de um andar para o outro, ou, ainda, que as coisas lhe tivessem demorado algum tempo na Câmara. Queria acreditar que também isso lhe teria acontecido no passado, mas pedia-lhe que lhe desse mais alguns meses para ver se depois acertava logo no primeiro engenheiro. -----

----- Quanto ao que foi referido pelo Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, pediu-lhe que visse as obras que estavam a ser feitas na Rua das Açucenas, e já a seguir iam passar para a ligação da Via da Meia Encosta às Torres de Belém. Que visse também a obra feita na rua dos eléctricos, obra sensivelmente igual à realizada na Rua de São Domingos à Lapa onde se gastaram cerca de 30.000 contos, e também o Mercado da Ajuda que vinha já a seguir. -----

----- Portanto, o Presidente da Junta da Ajuda não podia dizer que a Câmara não ligava à sua freguesia. A Câmara ligava a todas, e às vezes vir escrito na informação ou não, não era relevante, porque, como já teve ocasião de dizer, faltava-lhe o tempo para fazer a informação. Não era falta de respeito, mas com as obras faltava-lhe o tempo para a escrita. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria no próximo dia 6 de Maio, em segunda reunião, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas e 25 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE -----